

Como vencer em 2014



A VITÓRIA será a obsessão brasileira de 2014. Este é um ano para se vencer. Não tem saída nem alternativas. Basta lembrar os dois grandes eventos marcados para o período: Copa do Mundo e eleição presidencial. Uma Copa mal-organizada seria nada menos que um vexame histórico, um escrete brasileiro sem taça de campeão, um doloroso fiasco. Sem meio-termo, sem comisseração. Na corrida pelo Palácio do Planalto também não há prêmio de consolação para os candidatos. Qual deles conseguirá representar uma nova esperança para os brasileiros? Em 2014, mesmo as vitórias que podem ser parciais se mostram imprescindíveis. Chegou a hora de destravar a economia, de dar passos concretos para conter a violência, de gerar alguma luz sobre a paz mundial. Como trilhar esses caminhos é o grande desafio que ISTOÉ analisa nos links abaixo.

Quem terá a cara do novo?



A hora de destravar o PIB



É preciso fazer bonito



Violência que amedronta as metrópoles



Uma bússola para a educação



O desafio da paz



Como explodir na rede



Quem terá a cara do novo? (LUISA PURCHIO)



Como os candidatos à Presidência da República planejam se colocar diante de um eleitorado cada vez mais exigente e que grita por uma nova forma de fazer política

OS 100 milhões de eleitores e aqueles três candidatos que concorrem de verdade à Presidência da República em outubro de 2014 terão muitos encontros e desencontros antes que cada cidadão brasileiro tome o caminho das urnas. As mobilizações populares que surpreenderam o País em junho e as últimas pesquisas de opinião emitem um recado muito claro: o Brasil quer mudanças. Não necessariamente uma troca de comandante, mas um novo jeito de comandar e, sobretudo, um outro horizonte a perseguir. Portanto, sairá vencedor das urnas em 2014 aquele que se mostrar capaz de levar o País adiante com uma forma de governar que atenda às demandas cada vez mais concretas.

EM CAMPO- Dilma, Aécio e Campos já estão em plena campanha. Marina e Barbosa são nomes lembrados pelo eleitorado. Em comum, todos procuram protagonizar uma nova maneira de gerir o País

Os números, inicialmente favoráveis à presidenta Dilma Rousseff, não significam muito nesse início de 2014. Seu governo conta com aprovação superior a 60%, a intenção de voto beira a casa dos 45%, mas 66% dos brasileiros esperam que as coisas não continuem como estão. E é esse último percentual que serve de combustível tanto para os opositores que já estão com o bloco na rua como para aqueles que não assumem uma eventual candidatura, embora não fechem as portas para essa alternativa, como é o caso do ministro presidente do STF, Joaquim Barbosa.

Para tentar convencer o eleitor de que é o melhor candidato, o senador mineiro Aécio Neves, do PSDB, se colocará como o "único" de oposição, lugar que ocupa desde o primeiro mandato de Lula, e lançará ao País um programa de governo que faça um claro contraponto às gestões petistas, principalmente no que se refere à gerência dos recursos públicos. Pesquisas encomendadas pelos tucanos mostram que o eleitor quer um governo eficiente. As enquetes disseram aos tucanos que não importa o matiz ideológico do candidato. Importa, segundo os dados coletados pelo partido, o gerenciamento do setor público. A leitura feita pelo PSDB diz que não se trata mais de prometer escolas, como nas últimas campanhas, mas de mostrar como fazer a escola já existente ter qualidade. O mesmo vale para a saúde e para a segurança pública.



DE VOLTA FHC - será um dos líderes da campanha de Aécio e terá papel de destaque na disputa

Na economia, o projeto de Aécio é se apresentar ao eleitor como a alternativa mais confiável para a captação de novos investimentos internos e externos. Ele fará duras críticas aos esquemas de corrupção que dominam o noticiário e ao que chama de aparelhamento do Estado promovido pelo PT. "O eleitorado precisa ser lembrado que a presidenta é do PT", tem dito o senador nas reuniões com os principais assessores. No início de 2014, Aécio vai definir os nomes que serão responsáveis pela estratégia de comunicação de sua campanha. O tucano descarta a possibilidade de contar com um marqueteiro que tenha um superpoder. "Vamos trabalhar de forma colegiada. O candidato não pode ser refém de um guru da propaganda", disse Aécio a assessores. Nas últimas semanas, o senador tem intensificado as conversas com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que deverá ser um dos coordenadores da campanha. Ao contrário do que aconteceu nas últimas três disputas, o PSDB não irá esconder o ex-presidente. Pelo contrário, FHC terá participação ativa na campanha de Aécio.

Ainda no bloco oposicionista, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do PSB, ganhou musculatura com a chegada de Marina Silva às suas fileiras. Como participou do governo de Lula e defende os avanços sociais ocorridos nas gestões petistas, planeja se apresentar como o líder capaz de fazer as mudanças reclamadas pelos brasileiros de forma segura, sem rupturas ou quebra de programas como o Bolsa Família, por exemplo. "O desenvolvimento é um processo. Avançamos com a estabilidade econômica obtida pelos governos de Fernando Henrique e com os governos de Lula e Dilma conquistamos importantes passos na questão social. Agora é preciso um novo salto. O Brasil não está satisfeito e quer mais", tem dito o candidato.



Antes do Carnaval, Campos pretende consolidar a aliança com o PPS – partido que parece ter retirado da área de influência dos tucanos – e busca novos parceiros para tentar obter maior tempo no horário eleitoral de rádio e tevê. Ele ainda aposta que possa ter a seu lado setores que hoje estão na base de apoio do governo como o PDT e o PTB. Menos conhecido dos candidatos, a propaganda eleitoral tem, para o governador de Pernambuco, uma importância maior do que para seus oponentes. A mensagem será a de continuidade sem continuísmo.

O ARTICULADOR - Com a ajuda de Lula, Dilma procura tentar fechar acordos que lhe garantam mais da metade do tempo de tevê

Já no QG governista, a maioria dos analistas acredita que haverá um retorno dos protestos, inclusive durante a Copa, mas aposta nas boas respostas que o governo tem a oferecer. O emprego e a renda continuam de pé como os trunfos mais vigorosos de Dilma Rousseff para manter a fidelidade de um eleitorado que Lula cultivava desde 2003. O salário mínimo será reajustado em 2014 com ganhos reais acima da inflação e os programas sociais mantêm seu inegável poder de atração. O programa Mais Médicos será apresentado como uma resposta bem aceita para populações que não possuem um único doutor para zelar por suas dores e doenças. Para o início do ano, a campanha petista está prestes a amarrar um acordo capaz de garantir quase a metade do tempo na tevê, uma vantagem sempre considerável.

Há, no entanto, um fator que tem preocupado os articulistas de Dilma. Seus quatro anos de governo marcaram uma convivência difícil no Congresso, em especial com o maior aliado, o PMDB, com uma estrutura capilar para pedir votos na porta de casa do eleitor – desde que a máquina esteja com vontade de fazer, embaixo, aquilo que se acerta em cima. Tratado de modo que julga oportunista e interesseiro, o PMDB ameaça responder na mesma moeda. Pode apoiar Dilma quando considerar que vale a pena, mas não fará o menor sacrifício se considerar que o risco é maior que o benefício.

Segundo o comando petista, o julgamento sobre o mensalão do PSDB-MG e as investigações sobre o propinoduto do metrô paulistano são temas que poderão favorecer a candidatura de Dilma. "Em caso de emergência, poderemos usar esses casos e mostrar que, no que diz respeito à gestão e à ética, eles não diferem daquilo que nos acusam", disse um líder nacional do PT na quinta-feira 26. No embate com Eduardo Campos, os petistas acham que será difícil ao governador de



AS ESTRATÉGIAS DOS CANDIDATOS PARA CONQUISTAR O ELEITOR EM 2014



AÉCIO NEVES

Pretende mostrar que é a melhor opção para recuperar a confiança dos investidores na economia.

Vai insistir na tese de que ele representa a verdadeira mudança, pois é o único entre os aspirantes ao Planalto que permaneceu de fato na oposição durante as gestões de Lula e Dilma.

Lançará um programa de governo que se distinguirá do modelo petista em pontos essenciais como economia, política e, sobretudo, gestão.

Prometerá acabar com o fisiologismo político e ser intransigente no combate à corrupção.



EDUARDO CAMPOS

Tentará encarnar a "mudança com segurança".

Entoará o discurso do "mais preparado para avançar preservando as conquistas dos governos petistas", uma vez que integrou a coalizão governista até este ano.

Mostrará que é possível fazer "diferente" sem abrir mão de políticas de esquerda, como transferência de renda e inclusão social.

Usará a parceria com Marina Silva para tentar conferir ares de "renovação política" à sua candidatura.



DILMA ROUSSEFF

Afirmará que representou junto com Lula o projeto que "mudou o Brasil". Dessa forma, seria a única capaz de empreender as mudanças necessárias ao País.

Sustentará que o Brasil não está preparado para mudanças bruscas de rumo, num cenário mundial de desconfiança na área econômica.

Dirá que o julgamento do mensalão e a punição aos mensaleiros são provas do fortalecimento das instituições e do amadurecimento da democracia.

Prometerá manter a independência da Polícia Federal e continuar defendendo a liberdade de imprensa.

Pernambuco fazer oposição a um governo que lhe forneceu recursos necessários para se tornar um presidenciável com vida própria. Num país que assistiu à emergência do "novo", os próximos dez meses irão mostrar se alguém é capaz de decifrar a mensagem que os brasileiros trazem dentro de si.

Fotos:

Victor

Moryama/Folhapress; Dida

Sampaio/Estadão Conteúdo;

Ana Ottoni/Folhapress

cha

A hora de destravar o PIB (LUISA PURCHIO)



Em 2014, o Brasil deve crescer menos do que a média mundial, mas a esperança é que os leilões de infraestrutura e a retomada da confiança do empresariado acelerem de vez a economia

PARA A FRENTE - Linha de produção da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP): o governo quer reconquistar a confiança do setor privado

MUITO antes das eleições presidenciais de outubro, a presidenta Dilma Rousseff terá um desafio colossal pela frente: fazer a economia andar. Para o mercado, o Brasil crescerá apenas 2% em 2014. Segundo o governo, o desempenho será um pouco superior, em torno de 2,5%. Basta comparar esses números com estimativas de outros países para entender que, seja qual for o resultado, trata-se de uma performance tímida demais para as ambições brasileiras. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, o PIB mundial deve avançar 3,6% em 2014. Entre as nações emergentes, espera-se uma alta de 5,1%. O Brasil perde até para vizinhos menos afortunados, como Colômbia (aumento de 4,2%) e Peru (5,7%). A performance econômica é talvez o ponto mais sensível do governo Dilma – e ainda mais vital em ano de eleições. Dá para virar o jogo?

Para a maioria dos especialistas consultados por ISTOÉ, no longo prazo, sim. No curto prazo – o que implicaria uma virada já em 2014 – é bem mais complicado. A boa notícia é que, pela primeira vez em cinco anos, o cenário internacional deve ser favorável. “A economia americana provavelmente vai estar exuberante no ano que vem”, diz Fábio Kanczuk, professor de economia da USP. “A União Europeia saiu da recessão e o que dá para esperar é crescimento, ainda que lento.” O fator internacional pesa a favor do Brasil, mas o País precisa fazer a sua parte. Nesse aspecto, o maior desafio de Dilma será reconquistar a confiança do empresariado e trazer, assim, um novo fluxo de investimentos, tanto internos quando vindos do Exterior. “É preciso oferecer um clima mais amigável para o setor privado”, diz Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco.

Depois de muitas derrapadas, no fim do ano passado o governo finalmente começou a destravar os programas de concessões do setor de infraestrutura. É fácil de entender por que afinal eles são tão importantes. Com rodovias melhores, diminui o tempo do transporte de mercadorias – e os efeitos imediatos são o aumento da produtividade e a redução do custo do frete, indispensáveis para que os produtos cheguem ao consumidor a preços competitivos. Do ponto de vista financeiro, as concessões trazem uma enxurrada de dinheiro para o País, como aconteceu no leilão do campo de petróleo de Libra, que seduziu a anglo-holandesa Shell e a francesa Total.

Para 2014, estão previstos leilões pesados, como de parte da ferrovia Norte-Sul, que deve captar recursos superiores a R\$ 7 bilhões, e de terminais do Porto de Santos e do Pará, que receberão investimentos de R\$ 5 bilhões. “Se o governo se comprometer com reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista, e a aumentar os investimentos em infraestrutura, isso certamente terá consequências positivas para a economia do País”, diz Carlos Melo, cientista político do Insper.

Muito longe do ideal

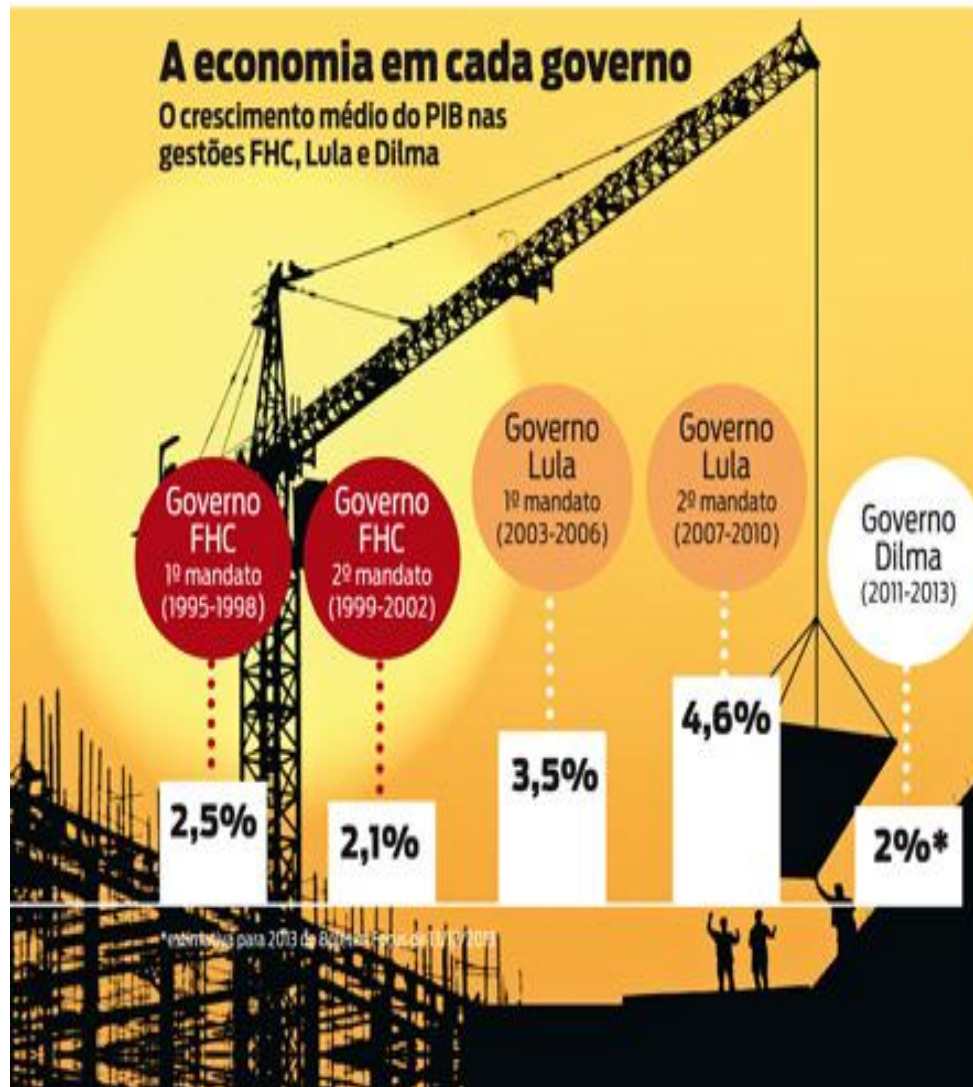
Projeções dos principais indicadores econômicos do Brasil em 2014 (em %)

PIB	2,0
IPCA	5,9
Vendas no varejo	4,7
Produção Industrial	2,3
Desemprego	5,8
Taxa Selic (fim de período)	10,5

Fontes: Boletim Focus 13/12/2013 e Instituto para Desenvolvimento do Varejo

A economia em cada governo

O crescimento médio do PIB nas gestões FHC, Lula e Dilma



Onde está o dinheiro?

A comparação com outros países mostra que no Brasil a taxa de investimento em relação ao PIB é muito baixa

	2012	2013	2014
Brasil	17,6%	19,2%	19,2%
Chile	24,9%	25,7%	24,9%
Colômbia	23,5%	23,7%	23,4%
México	24,7%	24,2%	24,9%
Peru	26,9%	27,9%	28,3%
Mundo	24,5%	24,7%	25,1%
Países Emergentes	32,3%	32,8%	33,1%
Países da América Latina	21,6%	22,1%	22,2%

Fonte: FMI

Além de ter Copa do Mundo, 2014 será ano eleitoral, o que tradicionalmente traz dividendos para a economia. "Independentemente de quem ganhar, o novo governo vai ter que arrumar a casa", diz Marcel Balassiano, economista do Ibre/FGV. Embora os especialistas não concordem com o real impacto do maior evento esportivo do planeta para as finanças do País, é inegável que alguns setores terão o que comemorar. Estima-se que as vendas de eletrônicos e de bebidas superem a casa dos dois dígitos, e no fim de 2013 foram anunciadas previsões otimistas na geração de empregos. Mas há também preocupações. "O que pode abalar a confiança dos investidores são as manifestações violentas durante a Copa", diz Melo, do Insper. Os especialistas concordam num ponto: a economia brasileira precisa deslanchar, mas o País não vive nenhuma tragédia. "O mercado brasileiro acredita que estamos prestes a cair no barranco, mas não acredito nisso", diz Fábio Kanczuk, da USP.

LUISA PURCHIO é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. Foto: Clayton de Souza/AE. **Revista ISTO É, Janeiro de 2014.**

É preciso fazer bonito (JOÃO LÓES)

O torcedor não espera nada menos do que o hexacampeonato da Copa no Brasil. Mas, desta vez, apenas um belo futebol não será suficiente. O País tem grandes desafios de infraestrutura para que tudo dê certo



ÚNICO país pentacampeão mundial de futebol, conhecido internacionalmente como a pátria das chuteiras e agora sede da Copa do Mundo, o Brasil entrará em campo para disputar o torneio diante de uma enorme expectativa da torcida. Como admitiu o próprio técnico Luiz Felipe Scolari, nada além da taça interessa. Não há obrigação maior para o País do que levar o hexacampeonato nesta que será a 20ª edição da competição. Afinal, se o brasileiro nunca foi de se contentar com um segundo lugar, não será agora, na nossa Copa, que isso será diferente. Pelo contrário. É preciso fazer bonito em campo, garantindo a vitória, de preferência exibindo um belo futebol para o mundo. E, para tanto, a Seleção conta com trunfos, como o jogador Neymar.

PREPARAÇÃO- O jogador Neymar é um dos trunfos do Brasil para garantir o hexa. Abaixo, o estádio do Mineirão, reformado para a Copa

Mas fazer bonito só em campo, desta vez, não vai bastar. Como sede de um dos mais complexos e populares campeonatos esportivos do mundo, o Brasil terá de mostrar que é bom também em organização. Serão 32 seleções disputando 64 jogos em 12 cidades-sede, durante 32 dias de competição (leia mais na pág. 52). Uma empreitada em áreas como construção civil, transporte, segurança e turismo. "No fim não tem muito mistério, tem é muito trabalho", disse o ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), à ISTOÉ. "Mas, se você cumprir o manual e fizer o dever de casa, as coisas acontecem."

Esse é o grande desafio do Brasil. Tudo é superlativo quando se trata de Copa do Mundo. Segundo levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU), divulgado pelo Portal da Transparência, hoje correm 313 ações e empreendimentos do governo e da iniciativa privada para preparar o evento. Os 12 estádios onde acontecerão os jogos talvez sejam a parte mais visível desse esforço. Orçados em pouco mais de R\$ 8 bilhões, metade já foi entregue e a outra metade corre para cumprir o prazo estabelecido pela Fifa, que adiou de janeiro para fevereiro a data final. "Atraso significa menos testes nas arenas e isso pode ser um problema", afirma Rodrigo Prada, criador e diretor responsável pelo Portal 2014, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco).

Para garantir que mesmo os estádios entregues com atraso funcionem, o Comitê Organizador Local da Fifa (COL), responsável pela organização e execução do evento, já monta um esquema de testes expresso. Não será a primeira vez que isso ocorre. Para testar os estádios de Rio de Janeiro, Brasília e Recife para a Copa das Confederações, por exemplo, foi preciso correr, já que eles só foram entregues dois meses antes da competição. O cenário pode se repetir agora na Copa do Mundo, com arenas como a do Pantanal, em Cuiabá, da Baixada, em Curitiba, de Manaus, no Amazonas, e do Corinthians, em São Paulo, todas atrasadas. "Para fazer os testes adequadamente, também é importante que as obras do entorno dos estádios estejam prontas, assim também testamos as operações de trânsito", diz Ricardo Trade, presidente do COL.



ATRASSO - A arena de Manaus, no Amazonas, deve ser entregue só em abril de 2014

A evolução das obras de mobilidade nas cidades-sede sugere que a perspectiva para esses testes completos não é boa. Segundo levantamento nacional do portal G1, no começo de dezembro 75% dessas obras estavam atrasadas ou foram retiradas da lista de objetivos a serem atingidos até o começo do campeonato. Além disso, é provável que o País assista a manifestações nas imediações das arenas, como ocorreu na Copa das Confederações. A Secretaria Especial de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) vem investindo em inteligência e treinamento de equipes para lidar com imprevistos e irá disponibilizar 200 viaturas de polícia e dois helicópteros para cada jogo. "Os feriados, que devem ser decretados pelas cidades-sede em dias de grandes jogos, vão ajudar na mobilidade", aposta Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral. "Mas com protestos a situação fica mais imprevisível."

Cerca de R\$ 1,2 bilhão estão sendo usados para integrar sistemas de comunicação de segurança, simular operações e comprar equipamentos. "Nosso objetivo maior, no que diz respeito às manifestações, é evitar o confronto e a violência", diz Andrei Rodrigues, da Sesge. A julgar pelas imagens da truculência policial brasileira diante das manifestações durante a Copa das Confederações que rodaram o mundo, o Brasil tem muito a avançar nessa área. "É o tipo de coisa que não pode acontecer", diz Prada, do Portal 2014. "Não tenho dúvida de que o governo teme esse tipo de repercussão novamente, porque pegou muito mal."

Os desafios na área de transporte aéreo também são inúmeros. O trânsito das seleções pelas distantes cidades-sede não deverá ser um problema, pois um superesquema foi desenvolvido pelo COL. Entre seis e oito aviões ficarão à disposição dos times e staff e os cronogramas funcionarão com margens que permitem até 24 horas de atraso. O que preocupa é o trânsito aéreo das grandes torcidas. Tome-se como exemplo os jogos da Argentina e Irã em Belo Horizonte, no dia 21, e, quatro dias depois, Argentina e Nigéria em Porto Alegre. Estima-se que entre 30 mil e 40 mil argentinos venham ao País para o Mundial. Deslocar essa população, de avião, em quatro dias requer nada menos que 210 voos, ou 52 voos por dia. Seguir por terra significa encarar os 1.705 quilômetros que separam BH de Porto Alegre em estradas que não receberam um centavo sequer dos R\$ 25 bilhões investidos na Copa. "Mesmo se todos os aeroportos funcionarem perfeitamente, o transporte aéreo ainda é o maior gargalo da Copa", diz Resende, da Fundação Dom Cabral, acrescentando que muitos poderão enfrentar dificuldades em função de neblina nessa época.

Para contornar o problema, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) organiza uma operação nos moldes das realizadas na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude no ano passado. Embora o plano ainda não tenha sido

divulgado, espera-se um aumento do efetivo nos aeroportos, a criação de um centro de comando e controle nacional que funcionará 24 horas por dia e estratégias para lidar com picos de demanda. Simulações das dificuldades que podem surgir no caminho também serão feitas a partir de janeiro. Um exército de 15 mil voluntários, atualmente sendo selecionados por proficiência em inglês e em espanhol, auxiliará os seis milhões de turistas brasileiros e 600 mil estrangeiros esperados que deverão lotar os 390 mil quartos de hotel disponíveis. O trânsito aéreo deverá ganhar uma folga das viagens de negócios, que estarão em baixa nessa época.



MOBILIDADE - Transcarioca, que liga Barra da Tijuca e Aeroporto Tom Jobim, no Rio de Janeiro, ainda não está pronta

O tempo dirá se o tão falado legado positivo da Copa irá se realizar de fato. Não são poucos os estudos que demonstram como eventos grandiosos como este tendem a se revelar uma armadilha para os países-sede. Uma pesquisa recente feita pelo Departamento de Economia do Esporte da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, por exemplo, mostrou que esses grandes espetáculos esportivos podem ter impacto negativo na economia e na infraestrutura das nações anfitriãs. Mas, ainda que, na ponta do lápis, o saldo seja negativo, espera-se que a Copa promova pelo menos uma mudança de atitude nas arquibancadas nacionais e o brasileiro adote o padrão Fifa de torcida: empolgação com educação, sem lugar para quebra-quebra.



O preço da festa

Cerca de R\$ 25 bilhões estão sendo aplicados na Copa. Saiba como:

Investimento por área	Obras e compras
Estádios	12
Mobilidade Urbana	45
Aeroportos	29
Segurança Pública	41
Portos	6
Telecomunicações	72
Desenvolvimento Turístico	99
Estruturas Temporárias	6
Outros	3

Odisseia aérea

Confira as seleções que percorrerão as maiores distâncias*:

A Copa em números

O evento será um dos maiores desafios logísticos e de organização do País

32 seleções disputarão, durante 32 dias, 64 jogos que acontecem em 12 cidades-sede

De 6 a 8 aviões ficarão à disposição da Fifa para o deslocamento das seleções, árbitros e staff da Fifa. Serão 258 voos que percorrerão 320.995 quilômetros

1.435 carros e 420 ônibus farão o transporte, em solo, das seleções, árbitros, equipe e convidados

200 viaturas de polícia, dois helicópteros e 1 policial para cada 50 pessoas farão a segurança nas arenas durante as partidas

15 mil voluntários em todo País darão informações aos 6 milhões de turistas brasileiros e 600 mil estrangeiros esperados

3,7 milhões de ingressos foram disponibilizados

15 mil jornalistas credenciados reportarão o evento para 3 bilhões de pessoas no mundo

390 mil quartos de hotel estarão disponíveis

Fontes: Fifa, Comitê Organizador Local (CCL) e KPMG. Portal da Transparência Copa 2014. Confederação Brasileira de Futebol (CBF). 18 dez. 2013. Secretaria Especial de Segurança para Grandes Eventos (Sesge).

Investimento

8.005 milhões
7.878 milhões
6.740 milhões
1.871 milhões
585,9 milhões
405,0 milhões
226,2 milhões
209,0 milhões
40,250 milhões



Fotos: Cia de Foto; Jonne Roriz; Alberto César Araújo; Márcia Foletto/Agência O Globo

JOÃO LÓES é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. Revista ISTO É, Janeiro de 2014.

A violência que amedronta as metrópoles (RAUL MONTENEGRO)

Como conter o aumento de casos de roubos seguidos de morte, que desafiam as grandes cidades do País e assustam a população



POUCOS crimes assustam mais a população do que o latrocínio. Qualquer pessoa consegue se imaginar na rua, de carro ou a pé, sendo abordada por um ladrão armado. Apesar de a maioria dos bandidos não estar interessada em matar a vítima, às vezes o assalto sai do controle e acaba em assassinato. É justamente esse tipo de situação que está aumentando no País, segundo o Anuário 2013 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o levantamento, o número de roubos seguidos de morte subiu 16% no território nacional entre 2011 e 2012. Os cinco Estados mais populosos do Brasil contribuíram para o agravamento do problema, já que todos eles registraram alta no período (leia na pag. 56).

O latrocínio é um delito relativamente raro (foram 1.810 no País no ano passado, contra 47.136 homicídios dolosos), mas amedronta as pessoas porque é democrático, diz Luciana Guimarães, diretora do Instituto Sou da Paz. "O assalto acontece na cidade inteira. Todo mundo já ouviu um caso", afirma. Estudiosos do tema o definem como um roubo que deu errado. "E como o número de pessoas roubadas é muito grande, existe o risco", afirma o especialista em segurança pública Guaracy Mingardi, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Para combatê-lo, é necessário um conjunto de medidas que inibam o assalto à mão armada, o que inclui o combate à indústria do roubo, a melhora na capacidade de investigação e reformas na estrutura policial.

Apesar de estatisticamente ser mais provável uma pessoa ser morta por um conhecido do que por um ladrão, o latrocínio é uma das infrações que mais afetam a segurança da população. Segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgado em novembro, um em cada quatro brasileiros já deixou de frequentar locais de recreação por conta da violência. Para Renato Sérgio de Lima, membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, esse pânico tem de ser considerado. "Segurança pública não é só enfrentamento do crime, ela também é responsável pela construção da sensação de segurança", afirma. "É por isso que temos cada vez mais medo de frequentar espaços públicos e vivemos trancados", explica Luciana Guimarães, do Sou da Paz.



**"O LATROCÍNIO TEVE
UM AUMENTO, MAS
NÓS ACREDITAMOS
QUE VAI CAIR. SE
REDUZIR O ROUBO,
REDUZ O LATROCÍNIO"**

**GERALDO ALCKMIN,
governador de São Paulo**

Em 2013, uma série de casos bárbaros aumentou ainda mais o receio da população. Dois dos crimes mais chocantes aconteceram no Estado de São Paulo, quando dentistas – em São Bernardo do Campo e em São José dos Campos – foram queimados vivos em seus consultórios por não terem dinheiro para entregar aos bandidos. O governo estadual tem se mostrado incapaz de frear a escalada desses delitos. Indicadores de latrocínio vêm subindo desde o começo da atual gestão e os números não dão sinal de melhora. Em 2013, foram 343 roubos seguidos de morte de janeiro a novembro, contra 313 no mesmo período do ano anterior. Em dezembro, o governador Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei estabelecendo bonificações de até R\$ 8 mil anuais para policiais que cumprirem metas de redução de crimes contra a vida, assaltos em geral e roubos de carro. "O latrocínio teve um aumento, mas nós acreditamos que vai cair. Essa é uma das medidas importantes, é por isso que eu valorizei o roubo. Se reduzir o roubo, reduz o latrocínio", afirmou o governador à IstoÉ.

Estudiosos da área dizem que medidas como a do governo paulista estão na direção certa e podem servir de estímulo pontual, mas que, sozinhas, não acabam com o problema. Para eles, os primeiros passos podem ser dados com ações simples, como iluminar ruas, diminuir o número de armas em circulação e controlar a venda de munição. "Todo roubo com arma é um latrocínio em potencial", diz Alessandra Teixeira, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim). Também não basta comprar viaturas, aumentar as patrulhas ou endurecer as penas – é preciso cumpri-las. Especialista em criminologia do Ibccrim, Ilana Casoy acredita que a impunidade sirva de estímulo à bandidagem. "Hoje no Brasil roubar é um grande negócio. Não conheço nenhum outro que tenha quase 98% de chance de dar certo." No País, apenas 2,5% dos casos de assalto são resolvidos, contra cerca de 10% dos homicídios. "Na Inglaterra, o índice de solução de assassinatos é de 90%. Na França, 80%. Nos EUA, em média 65%", compara.

Estudiosos e policiais dizem que os números são ruins porque autoridades não conseguem reunir informações suficientes para entender a dinâmica do crime. O presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cívicos, Jânio Bosco Gandra, afirma que não é possível combater delitos adequadamente sem estatísticas sobre horário, local e circunstância das ocorrências. Com dados, é possível montar o perfil do infrator e aumentar a eficiência da apuração. "Em assaltos a casas, por exemplo, você tem desde quem aproveita a empregada varrendo a rua até aqueles que planejam e vão disfarçados de entregadores para roubar. São estratégias de ação diferentes para cada um", diz Ilana Casoy. "A gente não consegue nem a estatística, que é papel, imagina transpor isso para medidas que sejam eficientes." De acordo com Luciana Guimarães, atualmente tudo é feito no achismo, sem base científica ou investigativa. Mesmo a captura de poucos ladrões pode levar a uma melhora significativa nas taxas de criminalidade. "Quem rouba uma vez rouba outras vezes.

Quando se resolve um caso, se resolvem muitos outros”, afirma. Uma medida anunciada no fim do ano para acabar com o problema da falta de informações é o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (Sinesp), do governo federal, um banco de dados que promete reunir estatísticas nacionais sobre criminalidade, mas que ainda é visto com desconfiança por acadêmicos por causa da falta de qualidade dos dados locais que vão abastecer o programa.

MAPA DOS LATROCÍNIOS

O número de assaltos seguidos de morte aumentou nos principais Estados do País

No Brasil

Número de ocorrências

2011 → 1.544
2012 → 1.810

Ocorrências em 2012, por 100 mil habitantes Variação entre 2011 e 2012

0,9 + 16,3%

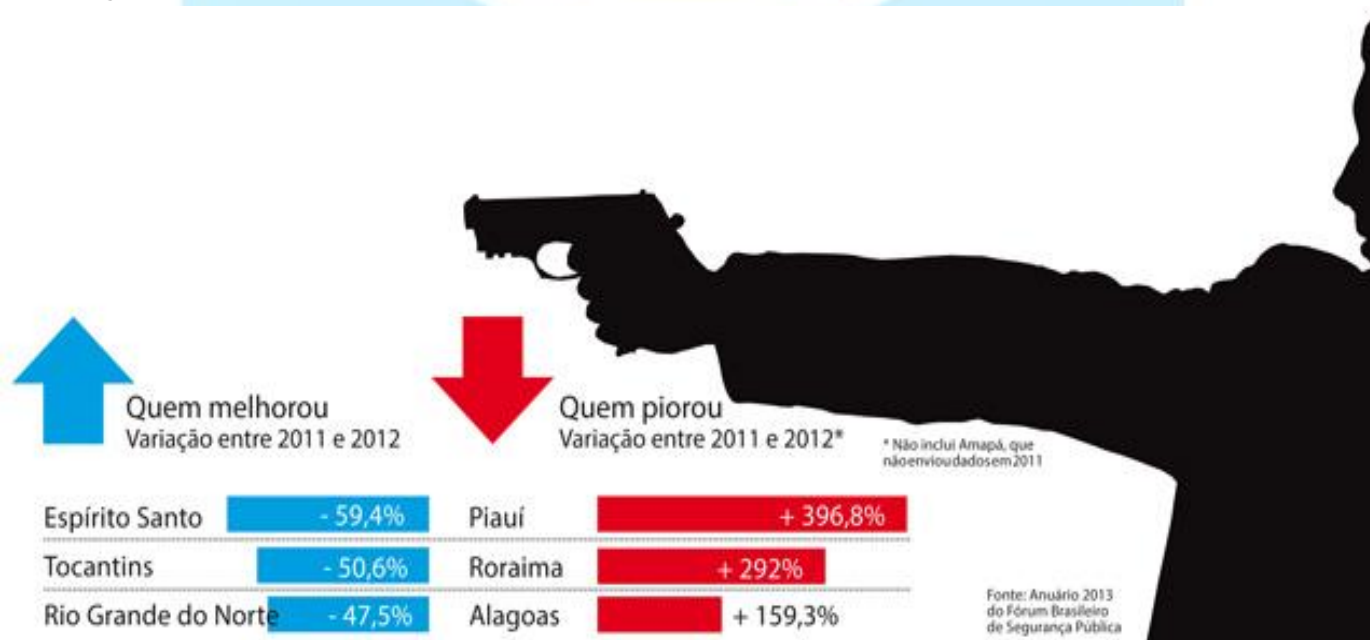
Nos Estados mais populosos

Número de ocorrências em 2012, por 100 mil habitantes

Variação entre 2011 e 2012

São Paulo	0,8	+ 8%	
Minas Gerais	0,6	+ 41,3%	
Rio de Janeiro	0,8	+ 14,7%	
Bahia	1,2	+ 13,3%	
Rio Grande do Sul	0,8	+ 9,4%	

Um exemplo de mudança que deu certo é o da Polícia Federal do País. De acordo com Ilana Casoy, a instituição aumentou salários, investiu em infraestrutura e atraiu profissionais mais qualificados. Enquanto isso, argumenta, outras polícias usam programas piratas para lutar contra criminosos virtuais. “Além disso, os instrumentos de busca de suspeitos são muito precários. Se você verifica que o bandido usa aparelho, por exemplo, não dá para colocar foto para reconhecimento só de quem tem aparelho”, diz. Com investigações mais eficientes, é possível melhorar também o combate à indústria do assalto, já que os ladrões que matam nas ruas – geralmente inexperientes e violentos, muitas vezes agindo sob a influência de drogas – representam somente a ponta de um esquema maior. “Tal como o tráfico, temos que pensar o roubo na perspectiva de uma economia criminal. O autor do roubo não fica com o produto. Ele circula, entra no mercado”, afirma Alessandra Teixeira. “Qualquer pessoa é capaz de consumir produtos roubados em feiras do rolo. Por que o Estado não consegue atuar em cima disso?”



Reformar a estrutura da polícia é outra maneira de resolver, no longo prazo, a crônica falta de capacidade investigativa da força. Recomendações de especialistas, como a desmilitarização das tropas, o fim da separação entre quem faz patrulha nas ruas e quem faz investigações criminais, além da implantação de uma porta de entrada única para a carreira, estão em discussão no Senado. Para Pedro Taques (PDT-MT), relator da Comissão de Segurança Pública da Casa, não existe uma medida isolada. "É um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas", diz. Segundo ele, a segurança pública no Brasil está, hoje, "absolutamente falida". Para resolver a caótica situação, o País deve seguir a fórmula recomendada pela maioria dos policiais e estudiosos e resumida por Ilana Casoy: "Criminalidade não se combate só com violência. Se combate com inteligência."

Foto: Silva Junior/ Folhapress. Fonte: Anuário 2013 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. * Não inclui Amapá, que não enviou dados em 2011

RAUL MONTENEGRO é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Janeiro de 2014.**

Uma bússola para a educação (MARIANA BRUGGER e WILSON AQUINO)

Há três anos no Congresso, o Plano Nacional de Educação precisa ser aprovado para que o Brasil tenha um norte nesta área fundamental para o desenvolvimento do País



UM DOS últimos atos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Isso foi em 15 de dezembro de 2010. O mandato de Dilma Rousseff está entrando no último ano e o PNE continua no Congresso, aguardando a apreciação dos nobres parlamentares. Antes de entrar em recesso, o Senado Federal aprovou o texto com algumas alterações, que agora retorna para nova votação na Câmara. É fundamental que os deputados deem andamento à questão com celeridade, pois o PNE é o instrumento que orienta as políticas públicas de educação do País. É um caderno de metas que têm de ser executadas pelas três esferas de governo. Sem ele, o Brasil fica como uma nau sem bússola em uma área vital para dar um salto de qualidade necessário.

O texto aprovado pelos senadores contém 14 artigos, 21 metas (o original tinha 20) e 177 estratégias (leia quadro) para colocar a educação brasileira em pé de igualdade com a dos países desenvolvidos. Alguns objetivos são audaciosos, como destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor, erradicar o analfabetismo e garantir que metade das crianças brasileiras esteja matriculada em creches nos próximos dez anos. Mas, como o texto ainda causa controvérsias, as discussões podem se alongar na Câmara.

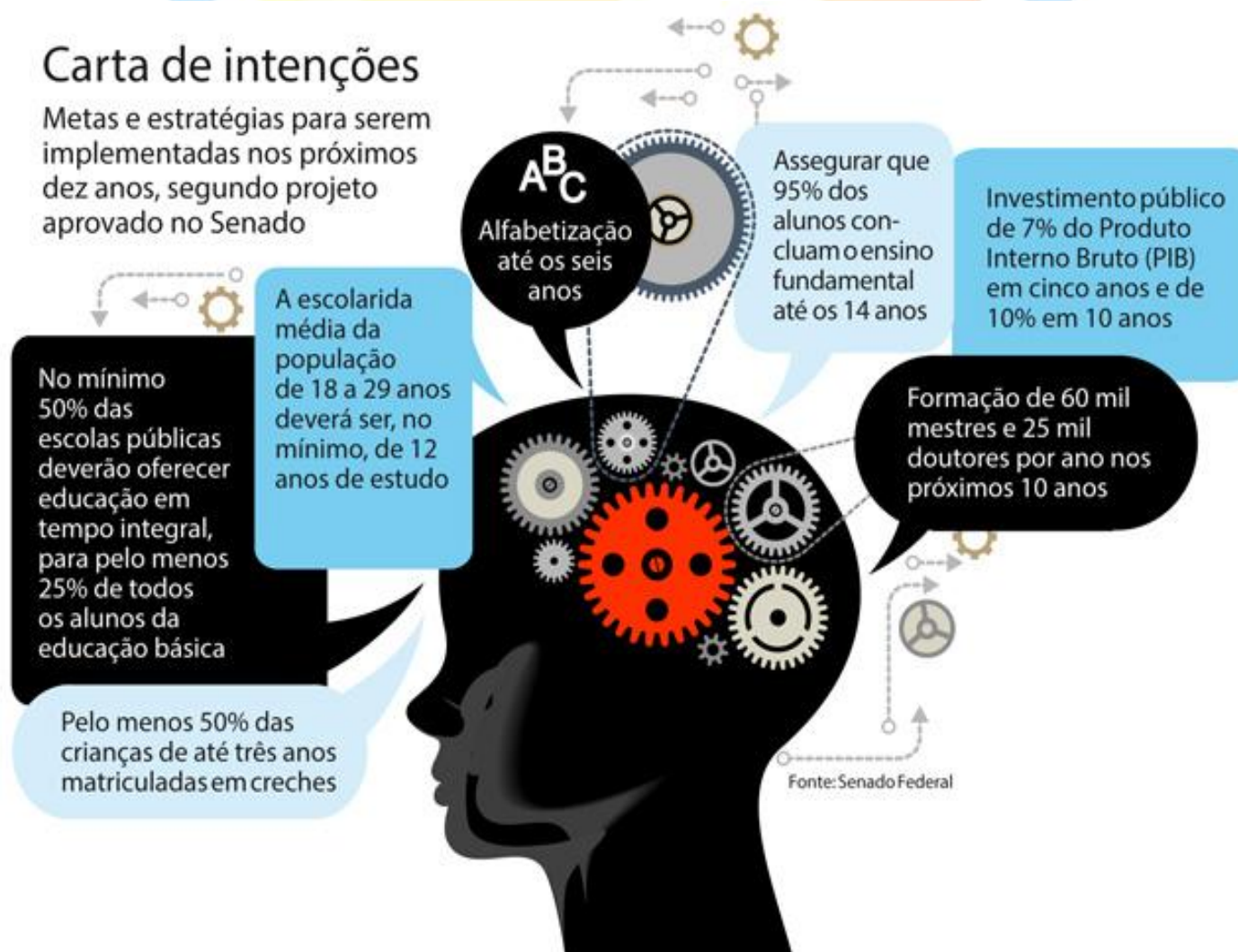
O PNE irá orientar as políticas públicas de educação do País. Críticos, porém, consideram vago o texto aprovado no Senado e querem mudá-lo na Câmara

Especialistas enxergam lacunas no projeto aprovado. "Acolheram 54 das 101 alterações que eu tinha proposto na Comissão de Educação, mas excluíram dispositivos importantes, como o percentual que cabe à União, Estados e municípios nos repasses para a educação e a responsabilidade dos gestores que não cumprirem as metas", reclama o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), comparando o PNE às promessas de campanha: se não forem cumpridas, não acontece nada. "Para que o PNE funcione é preciso estabelecer os padrões que têm de ser cumpridos. Esse texto não especifica. Como vamos cobrar ou cumprir se não sabemos especificamente o que tem de ser feito?", questiona a doutora em política educacional pela Universidade de Harvard Paula Louzано, pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

A fonte e a destinação dos recursos também são motivo de discussões. O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do texto no Senado, fez as contas e concluiu que, dos R\$ 440 bilhões previstos para investimento na Educação ao fim dos dez anos do PNE, apenas R\$ 120 bilhões estão garantidos pelos repasses do petróleo (royalties, a participação especial e o fundo social). "Podemos dedicar parte dos recursos minerais para o setor e vou trabalhar na tributação das grandes fortunas para chegar aos R\$ 440 bilhões e cumprir as metas", diz ele. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considera o texto um conjunto de metas abstratas. "A única coisa concreta são os 10% do PIB, sem dizer de onde vêm os recursos nem como eles serão gastos, que é o mais grave", diz Buarque, para quem a educação deveria ser federalizada.

Carta de intenções

Metas e estratégias para serem implementadas nos próximos dez anos, segundo projeto aprovado no Senado



Mas por ser o primeiro instrumento a estabelecer objetivos educacionais, o PNE é de suma importância. Tanto que alguns especialistas preferem que sua aprovação final na Câmara seja adiada para melhorar o texto. "Esperamos conseguir debater com os deputados para retomar os pontos que consideramos importantes", diz a diretora-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, referindo-se ao compromisso de gestão eficaz, a um maior comprometimento financeiro da União e ao ensino integral. "Depois de tanta luta, não podemos jogar a toalha", resume Priscila.

foto: Washington Alves/AE. Fonte: Senado Federal

MARIANA BRUGGER e WILSON AQUINO é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Janeiro de 2014.**

O desafio da paz (MARIANA QUEIROZ BARBOZA)

Acordo entre Estados Unidos e Irã pode ser um primeiro passo para o fim de conflitos históricos no Oriente Médio

Depois de 34 anos sem relações diplomáticas, Estados Unidos e Irã assinaram, em novembro passado, um pacto histórico. Mais do que o comprometimento do Irã em não enriquecer urânio para a construção da bomba atômica, o acordo renovou as esperanças de paz numa das regiões mais conflagradas do planeta. Resta saber agora se o compromisso provisório, com duração de seis meses, vai resultar num acordo nuclear global definitivo. "Os iranianos estão felizes com o acordo porque esperam que esse seja o início do fim do isolamento ao qual foram confinados nos últimos anos", disse à ISTOÉ Jan Oberg, diretor da Transnational Foundation for Peace and Future Research, um centro de pesquisas independente de Lund, Suécia. Segundo ele, as sanções econômicas impostas pelo Ocidente foram muito prejudiciais à população. As restrições de ONU, União Europeia e Estados Unidos começaram em 2006, suspendendo vistos, congelando bens e proibindo a venda de armas ao país.

As sanções da Casa Branca foram particularmente pesadas ao congelar ativos iranianos em bancos americanos, o que desvalorizou a moeda local (rial) e afetou o abastecimento de gasolina e o fornecimento de bens e serviços à indústria automotiva do país. Os efeitos colaterais foram sentidos na alta da inflação e do desemprego. "É importante lembrar que o Irã não invadiu nenhum país nem expandiu sua força militar", afirmou Jan Oberg. "Não há, portanto, nenhuma razão internacional para que 75 milhões de pessoas sejam punidas dessa forma." O alívio temporário deve render US\$ 7 bilhões ao país. É pouco se considerados os US\$ 80 bilhões que o Irã deixou de ganhar com a venda de petróleo desde 2012.



ACORDO TEMPORÁRIO - Mulher passa por usina nuclear em Bushehr, no Irã. O país se comprometeu com cinco potências ocidentais a não enriquecer urânio para a construção de bombas

Outro acordo colocado como prioridade pela política internacional do governo Obama, o fim das hostilidades históricas entre Israel e Palestina, tem data marcada para ser assinado – é essa, pelo menos, a expectativa dos americanos. Mergulhado desde setembro de 2013 na tarefa de fazer os dois lados dialogarem, o secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, anunciou que um novo pacto pela paz será oficializado em abril.

As conversas, contudo, estagnaram em novembro, quando Israel anunciou a construção de novos assentamentos na Cisjordânia e delegados palestinos renunciaram às negociações por as considerarem improdutivas. Nesse contexto, a União Europeia ameaçou cortar recursos para a Autoridade Palestina. Entre os objetivos do acordo estão a definição de fronteiras de um Estado palestino, a solução para o drama dos refugiados e o fim da violência entre os povos. Detalhe importante: os antecessores de Obama, Bill Clinton e George W. Bush, falharam nessa missão.



DISPUTA DE PODER - O general Abdel al-Sisi, chefe das Forças Armadas do Egito (à frente), ajudou a tirar Mursi da Presidência

Além do aparente esforço das autoridades pela construção da paz, especialistas acreditam que, no Oriente Médio, o poder de solucionar muitos dos conflitos está nas mãos de seus cidadãos. “Uma das expectativas para 2014 é a crescente capacidade de as pessoas agirem coletivamente e de maneira eficaz para exigir mudanças”, disse à ISTOÉ Andrea Strimling Yodsampa, cofundadora da associação Alliance for Peacebuilding, de Washington. “O poder militar pode ser usado para impor estabilidade a uma sociedade, mas isso é temporário, como vimos na Primavera Árabe.”

No Egito, onde o movimento pela democracia desencadeou violentos protestos nos últimos três anos, a eleição do primeiro presidente pelo voto direto não significou um período de equilíbrio nas forças políticas. Representante da Irmandade Muçulmana, Mohammed Mursi foi acusado de autoritarismo depois de assinar um decreto concedendo a si amplos poderes e impondo uma agenda islâmica. Acabou deposto por um golpe militar em julho passado. Em janeiro, Mursi deve enfrentar um julgamento pela morte de ao menos dez pessoas que protestavam na frente do palácio presidencial, em dezembro de 2012.

“O PODER MILITAR PODE SER USADO PARA IMPOR ESTABILIDADE, MAS ISSO É TEMPORÁRIO”

Andrea Strimling Yodsampa,
cofundadora da Alliance for
Peacebuilding

EM RISCO

Onde a paz está mais ameaçada

Síria

A guerra civil se arrasta para o terceiro ano com um saldo de mais de **120 mil** mortes. As tropas leais ao presidente Bashar al-Assad têm obtido vitórias importantes, enquanto a ala mais moderada dos rebeldes perde cada vez mais espaço para fundamentalistas islâmicos ligados à Al-Qaeda. O número de refugiados deve ultrapassar **4 milhões** em **2014**

Irã

Sob a administração do moderado Hassan Rohani, o Irã assinou um acordo nuclear provisório com seis potências, entre elas os **EUA**. O tratado foi criticado por Israel, maior inimigo de Teerã, e internamente por grupos mais conservadores. Se desfeito, o país poderá retomar o enriquecimento de urânio para a construção de uma bomba atômica

Egito

Desde que um golpe militar depôs o presidente Mohamed Mursi, da Irmandade Muçulmana, em julho, o país é governado pelo general Abdel Fattah al-Sisi. Em janeiro, Mursi, primeiro presidente eleito no Egito, deve enfrentar um julgamento pela morte de ao menos **10** pessoas que protestavam na frente do palácio presidencial em dezembro de **2012**

Palestina

Colocado como prioridade pelo secretário de Estado americano, **John Kerry**, um acordo de paz entre Israel e Palestina pode sair do papel até abril. O caminho, contudo, tem inúmeros percalços. Em novembro, Israel anunciou a construção de novos assentamentos na Cisjordânia e delegados palestinos renunciaram às negociações por falta de progresso



NEGOCIAÇÃO - Benjamin Netanyahu, premiê israelense (à frente), em encontro com John Kerry, secretário de Estado americano

Janeiro também pode ser uma data decisiva para a guerra civil da Síria. No dia 22, a Conferência de Genebra, na Suíça, deve mediar as conversas entre o governo de Bashar al-Assad e a oposição. Cada vez mais poderoso e com o firme apoio da Rússia, o presidente Assad evitou uma intervenção militar americana em seu território quando navios de guerra já se dirigiam à Síria e se comprometeu a abrir mão de seu programa de armas químicas. A oposição, em contrapartida, está cada vez mais fragmentada e sofre influência de jihadistas ligados à rede terrorista Al-Qaeda. Com mais de 120 mil mortos, muitos deles vítimas de ataques químicos, e 2,3 milhões de refugiados, a guerra síria expõe a urgência dos acordos pela paz. Em 2014, o desafio será ampliá-los – e fazê-los resistir por muito tempo.

Fotos: Montagem sobre foto de Ria Nocosti/ AFP; Michael Kappeler/DPA/ZUMAPRESS.com; Emil Salman - Jinipix/Xinhua/ZUMAPRESS.com

MARIANA QUEIROZ BARBOZA é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Janeiro de 2014.**

Para explodir na rede (IVAN CLÁUDIO e ANA WEISS)

Ter um canal no YouTube e lançar mão de aplicativos e redes sociais tornou-se imprescindível na carreira de artistas. O uso dessas ferramentas criou uma guerrilha midiática

SEGUNDA-FEIRA é um drama para qualquer pessoa. Menos para a trupe de humor Porta dos Fundos. É nesse dia que o grupo carioca “sobe” um novo vídeo tirando sarro de assuntos do momento e, em menos de 24 horas, comemora um milhão de acessos. Com esquetes que já atingiram a marca de 13 milhões de cliques, Antonio Pedro Tabet, Ian SBF, Gregório Duvivier, Fábio Porchat e João Vicente de Castro emplacaram o seu canal no YouTube como o mais popular do Brasil e o sexto mais visitado do mundo. Acumulam até agora cerca de 640 milhões de visitas dos apreciadores da piada criativa. Como eles, outros artistas estão aprendendo a usar a seu favor a maior plataforma de vídeos do mundo.



Impulsionada pelo videoclipe mais visto do ano, "O Show das Poderosas" (80 milhões de acessos), a cantora Anitta viu seu cachê atingir R\$ 120 mil e sua agenda de shows congestionar: só em dezembro foram 14 apresentações de norte a sul do País. O recado é óbvio: hoje a visibilidade de um artista começa pelos meios digitais. Mas não basta abrir um canal e sair postando coisas feito louco, como fazem os usuários do Facebook. Também aqui, é preciso "target". "O Porta dos Fundos e a Anitta conseguiram acertar o alvo, cercam o usuário postando seus trabalhos no Twitter, no Instagram, em blogs, de maneira que são inevitavelmente direcionados para o canal deles. Como o conteúdo é monetizado, vira negócio", afirma Federico Goldenberg, gerente de parcerias estratégicas do YouTube.

No embalo dos cliques, Fábio Porchat (acima) e o Porta dos Fundos vão lançar mais um canal e uma série. Anitta (abaixo) vai usar todas as plataformas digitais para bombar seu primeiro DVD

No novo ambiente de canais, aplicativos e redes sociais, valem as mesmas regras que regem a publicidade em outras mídias – mas com possibilidades ainda difíceis de mensurar. Em razão de seu alcance internacional, o YouTube abre para o artista um público potencial de 1 bilhão de usuários, em comunicação direta. E é nessa forma de lidar com o fã que reside a novidade da produção cultural no meio imersivo e interativo da internet. Anitta, por exemplo, está trabalhando a gravação de seu primeiro DVD, marcado para o dia 15 de fevereiro no HSBC Arena, no Rio de Janeiro, fazendo uso de todos os suportes disponíveis.

Sua produção criou um hot site e vai marcar todas as peças de divulgação do show, que incluem flyer, bolacha de chopp e até saquinho de lixo de praia, com o hashtag #dvdanitta, unindo a comunicação online e offline. A estratégia é certa: em cinco dias de exibição no YouTube, o teaser do espetáculo, com 15 segundos, atingiu 31 mil views. Responsável pelo que chama de "arquitetura de imagem" da cantora, a assessora Patricia Casé acredita que essa diversidade de alvos é imprescindível hoje. Mas o artista tem de saber usá-los sob o risco de provocar o efeito contrário. "É preciso evitar o que a gente apelidou de 'beijo nervoso', a mania de se postar coisas sem ter noção do que está dizendo. Nosso trabalho é fazer o cantor ou ator ter consciência de que tudo isso é mídia. Esse é o dever de casa de todo dia."

A força dessas novas ferramentas é evidente e está passando a ser coordenada por uma "curadoria" de conteúdo digital, voltada para sites, páginas de Facebook, Twitter e Instagram. Sócia-diretora de conteúdo da agência Espalhe MSL, a jornalista Patrícia Albuquerque define essa realidade midiática como "guerrilha digital". "Hoje 50% dos acessos à internet se relacionam com o vídeo.





OS CAMPEÕES DE ACESSO NO YOUTUBE



PORTA DOS FUNDOS

Canal inaugurado em 6/6/2012

Seguidores 6.866.576

Acessos 638.232.206

Vídeo mais acessado

"Na Lata", com 12.943.723, publicado em 17/1/2013

ANITTA

Canal inaugurado em 2/9/2011

Seguidores

478.560

Acessos

82.292.256

Vídeo mais acessado

"Show das Poderosas", com 68.557.288

Teaser da gravação do DVD

31 mil acessos em cinco dias

Número de usuários do YouTube

1 bilhão de internautas



Novos formatos como o programa "Sofá da Vevo", cujo piloto vai reunir Rogério Flausino, do Jota Quest, e Tulipa Ruiz, prometem invadir a rede

O segredo é combinar as plataformas. A comunicação que interessa não é mais aquela unidirecional, mas a que permite mão dupla, em que o público ajuda a construir e alimentar." Seria uma ingenuidade, contudo, imaginar que essa relação acontece de forma espontânea, por pura interatividade. Mesmo o YouTube, que não costuma interferir no conteúdo dos vídeos, acompanha o que se passa com os mais "bombados". O Porta dos Fundos, por exemplo, foi aconselhado pela empresa a pensar mais no potencial internacional – existe o desejo de se fazer, inclusive, uma parceria no Exterior.

O que é certo, contudo, é que a trupe incorreta vai lançar um novo canal (atualmente possuem quatro) e uma série. "Ainda está cheio de bola quicando na frente do gol sem ninguém chutar", diz Antonio Tabet. "Imagina o sucesso de um canal de documentários ou uma telenovela feita diretamente para a internet?" De olho nessas possibilidades, a Vevo, que reúne artistas das gravadoras Universal Music, Sony e EMI, está apostando em projetos como os espetáculos relâmpagos "Go Show" e o programa "Sofá da Vevo", que vai unir dois artistas de linhas diferentes num papo sobre preferências comuns (o programa-piloto vai reunir Tulipa Ruiz e Rogério Flausino, de Jota Quest). "O lançamento de um videoclipe hoje na Vevo tem um impacto muito maior do que na tevê aberta", diz Bruno Telloli, diretor de conteúdo da empresa, que veicula o material oficial dos grandes artistas. "É um evento mundial."

Fotos: Montagem sobre foto de Pedro Dias/ Ag. Isto É; Divulgação

IVAN CLÁUDIO e ANA WEISS são Jornalistas e escrevem periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Janeiro de 2014.**

O tampinha e o pau-brasil (MARCELO TAS)

O BRASIL tem este nome por causa de uma árvore. Depois do descobrimento, arrancar o pau-brasil do solo pátrio e exportá-lo para a Europa passou a ser a nossa primeira atividade econômica. Se hoje extraterrestres redescobrissem o Brasil, pela mesma lógica, o país poderia ser rebatizado de Minério de Ferro, Soja ou Carne Bovina. O modelo econômico ainda é o mesmo: exportar commodities a preço de banana.

Tenho 4,9 milhões de seguidores no Twitter. Um deles é o homem mais rico do Brasil. Quer dizer, era. No último ano, Eike Batista, dono de um império de mineração, perdeu US\$ 34 bilhões. Antes da dinheirama evaporar, Eike e eu tivemos uma discussãozinha na rede social. O então megabilionário não gostou da minha tese sobre as ajudinhas que as empresas dele recebiam do BNDES para manter a nossa sina de exportador de matéria-prima.

Ferido, ele atirou: "Quem é esse Marcelo Tas?". É compreensível Eike ignorar a minha existência. Enquanto ele comanda - ou comandava - um império de dezenas de bilhões de dólares, eu comando um programinha de humor na televisão. Ferido, eu respondi: "Pergunte aos meus milhões de seguidores, seu tampinha!". Juro que a minha intenção não era zombar da estatura mínima do megabilionário, que, como Donald Trump, também usa peruca; mas do fato de ele ter poucos seguidores no Twitter. Em minutos, meu telefone toca. É um assessor dele me convidando para almoçar e fumar um "cachimbo da paz".

Na mesa, somos mais de dez pessoas: engenheiros, economistas, assessores de imprensa... Gentilmente, Eike pede licença para me mostrar um vídeo com o resumo dos planos dele até 2038. Ao final do audiovisual - com navios e tratores se movimentando sobre o mapa-múndi ao som de música eletrônica barata-, o bilionário aguarda a minha reação com um sorriso vitorioso. "Eike, onde você vai encontrar engenheiro para tudo isso? Fazer o Brasil crescer sem cuidar da educação é como construir palácios sobre areia movediça."

Ele me devolve a pergunta: "Já pensou em ser político?". "Sim, serei candidato a presidente do Brasil em 2038!", respondo. "Me aceita como tesoureiro?", ele emendou. A mesa explode numa gargalhada, encerrando o almoço em tom amistoso. Na saída do evento, um assessor do bilionário me confidenciaria ao ouvido.

"Rapaz, você não sai mais da cabeça do Eike. Na semana passada, a caminho de uma reunião importante, em plena Park Avenue, em Nova York, ele se virou para mim e perguntou: 'Fala a verdade, você acha que eu sou um tampinha?'".

MARCELO TAS, 54, é jornalista e apresentador de TV. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Janeiro de 2014.

Novos horizontes da comunicação (ELIZABETH BRANDÃO e MARCELO TOKARSKI)

A COMUNICAÇÃO corporativa consolidou-se como importante ativo para as organizações públicas e privadas em atividade no Brasil. Ao conquistar espaço, essa comunicação fortaleceu-se na estrutura das corporações e passou a ser decisiva na estratégia empresarial. Mas como lidar com isso, em um cenário onde as redes sociais mudaram a forma de produzir, consumir e propagar informação?

Esse é o cenário que emerge da 3ª edição do Mapa da Comunicação Brasileira, realizado pelo Instituto FSB Pesquisa a partir de entrevistas com gestores de comunicação de 120 das maiores empresas e órgãos públicos do Brasil. De um lado, há as rotas já consolidadas, que indicam o amadurecimento desse mercado. Para 89% dos gestores, a comunicação é vista pelas empresas como estratégica para garantir uma gestão transparente. Essa mesma comunicação também se consolidou como canal de relacionamento com seus diversos públicos. Também na opinião de 89% dos entrevistados, as políticas de comunicação estão desenhadas de acordo com a missão, a visão e os valores das organizações.

Além disso, a pesquisa revela dois dados que comprovam o empoderamento e um novo perfil dos departamentos de comunicação. Primeiro, em 48% das organizações o orçamento destinado à comunicação está em expansão, tendo caído apenas em 14% delas. Além disso, a comunicação corporativa atua com equipes cada vez mais multidisciplinares: em 51% das empresas e órgãos públicos, as equipes possuem de duas a três diferentes formações, enquanto em 36% delas há quadros de diversas formações.

Chama atenção também o gradual, mas significativo, crescimento das práticas de avaliação e monitoramento de resultados em comunicação, uma preocupação recente da área que está se tornando cada dia mais importante para o posicionamento da comunicação junto ao board das empresas. Expressivos 80% das empresas já adotam tal prática em sua rotina. Além disso, 57% das organizações costumam realizar pesquisas de opinião, de mercado, de avaliação de reputação e imagem, entre outras, para auxiliar nessa mensuração.

A segunda vertente aponta para as mais recentes tendências que estão transformando a posição da comunicação nas instituições e o seu papel no mercado. E uma palavra é capaz de resumir esse cenário que se altera a uma velocidade impressionante: transbordo. Seja na esfera pública ou na privada, foram colocadas abaixo as paredes que separavam o Departamento de Comunicação do restante da empresa. O comunicador, que ao longo de anos tanto reivindicou espaço no processo decisório nas organizações, passou a ser ouvido e cobrado.

Se do lado de dentro das organizações as paredes foram derrubadas, nas janelas as cortinas também foram abertas. Com o dinamismo das redes sociais, a exposição das organizações é muito maior, o que exige amplo grau de transparência. As relações entre as instituições e seus públicos já não são mais restritas aos canais tradicionais. Na chamada networked

public sphere, ou esfera pública virtual, a relação entre esses dois atores se publicizou. Todos falam de tudo, a qualquer momento, e as interferências e as influências acontecem em tempo real nos novos territórios de relacionamento criados pelas tecnologias interativas de informação e comunicação.

O ingresso, e a necessária sobrevivência, nessa nova esfera pública requer mudanças de comportamento por parte das organizações. É preciso adequar linguagens para se relacionar nesse ambiente e cristalizar uma política que permita reações rápidas e adequadas. A proliferação de influenciadores no ambiente digital tem levado as empresas a mudar a configuração de suas equipes, inclusive com a criação de times especialmente dedicados às novas plataformas em dois terços das organizações entrevistadas. Outra mudança é a adoção de estratégias específicas para identificar essas novas lideranças de opinião, o que já ocorreu em 91% das empresas. E essa crise de lideranças conhecidas foi um dos temas mais complexos que a pesquisa trouxe para a reflexão dos gestores de comunicação.

O Mapa permitiu também a construção de um horizonte para a comunicação nas instituições. Neste futuro, aparecem como temas recorrentes questões de amplo espectro que frequentam os debates da sociedade contemporânea, como ética, visibilidade, transparência, relacionamento e posicionamento de marca. E é esta sintonia com as demandas da sociedade que posiciona, cada dia mais, a comunicação como recurso estratégico para as conquistas das instituições junto ao mercado e aos seus públicos.

ELIZABETH PAZITO BRANDÃO é doutora em ciência da informação pela UnB. **MARCELO TOKARSKI**, 39, é diretor de comunicação do Instituto FSB Pesquisa. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

O papa e as drogas (RONALDO LARANJEIRA)

O MUNDO vem se surpreendendo com o papa Francisco, suas demonstrações de humildade e também, talvez principalmente, com sua firme disposição em promover reformas na Igreja, punindo severamente práticas de pedofilia e desvios de dinheiro do banco do Vaticano.

Entre os temas controversos e considerados tabus, Francisco já disse que os gays não deveriam ser julgados por sua opção. Sobre as drogas, o papa deixou clara sua crítica aos que discutem a liberalização dos entorpecentes, afirmando que não é por este caminho, como se discute em países da América Latina, que será possível diminuir a difusão da dependência. Quando visitou o Brasil, Francisco visitou um centro de recuperação e reconheceu o "santuário do sofrimento humano" que ocorre nesses locais.

A mensagem do papa ponderou, entretanto, que os dependentes são os principais protagonistas de sua recuperação, e que, apesar de a Igreja e muitas pessoas estarem do lado dos usuários de drogas, ninguém pode fazer a "subida" no lugar deles. É consenso, tanto do ponto de vista da Igreja como dos líderes políticos da América Latina, e mesmo de integrantes da OEA, que a criminalização do uso de drogas, com severa punição dos usuários, é um modelo que fracassou na região. Vejo, no entanto, com muita preocupação as tentativas de se liberar o comércio de crack, cocaína, maconha, ecstasy e outros entorpecentes. Tal medida, sob o argumento de neutralizar o tráfico, combater os traficantes e a influência que exercem sobre os dependentes, abre um caminho sem volta para que mais pessoas tornem-se reféns das drogas.

No Estado de São Paulo, o programa Recomeço, de combate à dependência química, em especial à epidemia do crack que reina nas principais capitais e regiões metropolitanas brasileiras, segue diretriz bem similar à nova visão mundial sobre o enfrentamento desta problemática, tratando o tema menos como uma questão de polícia e mais de saúde pública e resgate da cidadania. O governo paulista vem promovendo uma verdadeira revolução na assistência aos dependentes de crack, com expressiva ampliação dos leitos de enfermaria para internação dos casos mais graves, articulação e integração com outros serviços de saúde e assistência social de perfis complementares, como os Caps Ad (Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas), comunidades terapêuticas e moradias assistidas.

Na capital paulista, o Plantão Judiciário e a Unidade Social implantados no Cratod (Centro de Referência em Álcool Tabaco e outras Drogas) vem proporcionando agilidade a processos de encaminhamento dos dependentes tanto para assistência ambulatorial quanto para internações voluntárias, involuntárias e compulsórias, todas previstas em lei. E a oferta de leitos de enfermaria para tratamento dos dependentes no Estado mais do que duplicou desde 2011. Já o Cartão Recomeço soma esforços ao financiar uma fase importante do tratamento de alguns pacientes em comunidades terapêuticas, período em que, após a desintoxicação, é necessário um tempo para que o dependente reaprenda como é o mundo sem a droga.

A estruturação e a expansão da rede Recomeço são essenciais para oferecer todas as alternativas terapêuticas possíveis visando à recuperação e reinserção social dos dependentes químicos. Mas o esforço próprio de cada paciente é que determinará se o final da caminhada será ou não bem sucedida.

RONALDO LARANJEIRA, 58, psiquiatra e professor titular de psiquiatria da Unifesp, é coordenador do Programa Recomeço, do governo do Estado de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

O enterro do modelo de negócio da TV aberta (JORGE DA CUNHA LIMA)

NO CONGRESSO Ibero-americano de Cultura realizado em novembro, em Zaragoza (Espanha), os participantes mostraram-se preocupados com as consequências culturais dos novos paradigmas tecnológicos. Um terremoto chamado internet abalou o modelo de negócio tradicional das televisões, para as quais sustentabilidade não quer dizer respeito aos primados ecológicos, mas sobrevivência. O enterro foi de primeira, na bela cidade de Zaragoza.

Das conferências magnas realizadas por intelectuais como Frédéric Martel e das 21 mesas que testemunhei, induzi que há diagnósticos, convicções, receios e ameaças, mas pouca elaboração intelectual e filosófica sobre os valores e os conteúdos que orquestrarão as mudanças. Uma coisa é certa: a base tradicional de sustentação e ganho das televisões abertas está esgotada. O modelo baseava-se na audiência, produto vendido a preço de ouro ou de mercado para o anunciante, público e privado. O prestígio da grade televisiva produzia uma fidelidade capaz de fixar a atenção dos telespectadores tanto no programas quanto nos "breaks" publicitários.

Com a nova tecnologia digital, a grade não é mais compulsória; cada telespectador grava ou "reserva" o programa que lhe interessa para horário de sua conveniência, excluindo, se desejar, a publicidade. Mudou o sistema de produção e controle dos produtos, antes inteiramente dos donos das televisões. O que era produzido nos estúdios passou a ser produzido também por empresas independentes que oferecem produtos com outra dicção para as telas. Muito mais do que isso, o perigo foi constatado pela produção feita pelos próprios espectadores, com celulares transformados em filmadoras, e divulgada nos novos suportes –seja no YouTube, seja nos blogs, ou no Facebook.

Afirmou-se o já verificado: as redes constituem um meio de comunicação incontrolável. Um garoto em São Paulo que filmou o assassinato de outro garoto dentro de um camburão –o vídeo foi posteriormente difundido pelo YouTube e canais convencionais– conseguiu a demissão de policiais. Infelizmente, também foi assassinado. Imagine a perda de poder político das emissoras abertas. Outra ameaça que incomoda tanto as corporações como a cidadania é a perda de privacidade das pessoas e de segredos comerciais das emissoras. Em verdade, a comunicação só teve quatro momentos exponenciais: Homero, Gutenberg, televisão e internet. Contudo, a internet não vai acabar com a TV, nem com Homero, nem com Gutenberg. A TV apenas mudou a tela da sala de jantar para outras inúmeras telas ou telinhas mais disponíveis. Até Homero, que teria compilado séculos de poesia oral em papiros, é lido num Kindle.

Só duas coisas vão mudar completamente: o modelo de negócio da comunicação, principalmente o da televisão, e a divulgação dos valores criativos, hoje realizada diretamente pela fonte. E isso ficou visível no congresso de Zaragoza, que abrigou 500 propostas de programação alternativa e sustentável, selecionou e apresentou 21 delas, em fascinantes exposições ilustradas por seus criadores. Até o príncipe das Astúrias, presente, percebeu que as mudanças vão além das fronteiras confinadas.

JORGE DA CUNHA LIMA, 82, é presidente da Aliança Francesa e vice-presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e do Itaú Cultural. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

Sonho americano? Conheça 10 fatos chocantes sobre os EUA (PRAGMATISMO POLÍTICO)

Maior população prisional do mundo, pobreza infantil acima dos 22%, nenhum subsídio de maternidade, graves carências no acesso à saúde... bem-vindos ao "paraíso americano"



Os EUA costumam se revelar ao mundo como os grandes defensores das liberdades, como a nação com a melhor qualidade de vida do planeta e que nada é melhor do que o "american way of life" (o modo de vida americano). A realidade, no entanto, é outra. Os EUA também têm telhado de vidro como a maioria dos países, a diferença é que as informações são constantemente camufladas. Confira abaixo 10 fatos pouco abordados pela mídia ocidental.

1. Maior população prisional do mundo

Elevando-se desde os anos 80, a surreal taxa de encarceramento dos EUA é um negócio e um instrumento de controle social: à medida que o negócio das prisões privadas alastra-se como uma gangrena, uma nova categoria de milionários consolida seu poder

político. Os donos destas carcerárias são também, na prática, donos de escravos, que trabalham nas fábricas do interior das prisões por salários inferiores a 50 cents por hora. Este trabalho escravo é tão competitivo, que muitos municípios hoje sobrevivem financeiramente graças às suas próprias prisões, aprovando simultaneamente leis que vulgarizam sentenças de até 15 anos de prisão por crimes menores como roubar chicletes. O alvo destas leis draconianas são os mais pobres, mas, sobretudo, os negros, que representando apenas 13% da população norte-americana, compõem 40% da população prisional do país.

2. 22% das crianças americanas vive abaixo do limiar da pobreza.

Calcula-se que cerca de 16 milhões de crianças norte-americanas vivam sem “segurança alimentar”, ou seja, em famílias sem capacidade econômica para satisfazer os requisitos nutricionais mínimos de uma dieta saudável. As estatísticas provam que estas crianças têm piores resultados escolares, aceitam piores empregos, não vão à universidade e têm uma maior probabilidade de, quando adultos, serem presos.

3. Entre 1890 e 2012, os EUA invadiram ou bombardearam 149 países.

O número de países nos quais os EUA intervieram militarmente é maior do que aqueles em que ainda não o fizeram. Números conservadores apontam para mais de oito milhões de mortes causadas pelo país só no século XX. Por trás desta lista, escondem-se centenas de outras operações secretas, golpes de Estado e patrocínio de ditadores e grupos terroristas. Segundo Obama, recipiente do Nobel da Paz, os EUA conduzem neste momento mais de 70 operações militares secretas em vários países do mundo. O mesmo presidente criou o maior orçamento militar norte-americano desde a Segunda Guerra Mundial, superando de longe George W. Bush.

4. Os EUA são o único país da OCDE que não oferece qualquer tipo de subsídio de maternidade.

Embora estes números variem de acordo com o Estado e dependam dos contratos redigidos por cada empresa, é prática corrente que as mulheres norte-americanas não tenham direito a nenhum dia pago antes ou depois de dar à luz. Em muitos casos, não existe sequer a possibilidade de tirar baixa sem vencimento. Quase todos os países do mundo oferecem entre 12 e 50 semanas pagas em licença maternidade. Neste aspecto, os Estados Unidos fazem companhia à Papua Nova Guiné e à Suazilândia.

5. 125 norte-americanos morrem todos os dias por não poderem pagar qualquer tipo de plano de saúde.

Se não tiver seguro de saúde (como 50 milhões de norte-americanos não têm), então há boas razões para temer ainda mais a ambulância e os cuidados de saúde que o governo presta. Viagens de ambulância custam em média o equivalente a 1300 reais e a estadia num hospital público mais de 500 reais por noite. Para a maioria das operações cirúrgicas (que chegam à casa das dezenas de milhar), é bom que possa pagar um seguro de saúde privado. Caso contrário, a América é a terra das oportunidades e, como o nome indica, terá a oportunidade de se endividar e também a oportunidade de ficar em casa, torcendo para não morrer.

6. Os EUA foram fundados sobre o genocídio de 10 milhões de nativos. Só entre 1940 e 1980, 40% de todas as mulheres em reservas índias foram esterilizadas contra sua vontade pelo governo norte-americano.

Esqueçam a história do Dia de Ação de Graças com índios e colonos partilhando placidamente o mesmo peru em torno da mesma mesa. A História dos Estados Unidos começa no programa de erradicação dos índios. Tendo em conta as restrições atuais à imigração ilegal, ninguém diria que os fundadores deste país foram eles mesmos imigrantes ilegais, que vieram sem o consentimento dos que já viviam na América. Durante dois séculos, os índios foram perseguidos e assassinados, despojados de tudo e empurrados para minúsculas reservas de terras inférteis, em lixeiras nucleares e sobre solos contaminados. Em pleno século XX, os EUA iniciaram um plano de esterilização forçada de mulheres índias, pedindo-lhes para colocar uma cruz num formulário escrito em idioma que não compreendiam, ameaçando-as com o corte de subsídios caso não consentissem ou, simplesmente, recusando-lhes acesso a maternidades e hospitais. Mas que ninguém se espante, os EUA foram o primeiro país do mundo oficializar esterilizações forçadas como parte de um programa de eugenia, inicialmente contra pessoas portadoras de deficiência e, mais tarde, contra negros e índios.

7. Todos os imigrantes são obrigados a jurarem não ser comunistas para poder viver nos EUA.

Além de ter que jurar não ser um agente secreto nem um criminoso de guerra nazi, vão-lhe perguntar se é, ou alguma vez foi membro do Partido Comunista, se tem simpatias anarquista ou se defende intelectualmente alguma organização considerada terrorista. Se responder que sim a qualquer destas perguntas, será automaticamente negado o direito de viver e trabalhar nos EUA por “prova de fraco carácter moral”.

8. O preço médio de uma licenciatura numa universidade pública é 80 mil dólares.

O ensino superior é uma autêntica mina de ouro para os banqueiros. Virtualmente, todos os estudantes têm dívidas astronômicas, que, acrescidas de juros, levarão, em média, 15 anos para pagar. Durante esse período, os alunos tornam-se

servos dos bancos e das suas dívidas, sendo muitas vezes forçados a contrair novos empréstimos para pagar os antigos e assim sobreviver. O sistema de servidão completa-se com a liberdade dos bancos de vender e comprar as dívidas dos alunos a seu bel prazer, sem o consentimento ou sequer o conhecimento do devedor. Num dia, deve-se dinheiro a um banco com uma taxa de juros e, no dia seguinte, pode-se dever dinheiro a um banco diferente com nova e mais elevada taxa de juro. Entre 1999 e 2012, a dívida total dos estudantes norte-americanos cresceu à marca dos 1,5 trilhões de dólares, elevando-se assustadores 500%.

9. Os EUA são o país do mundo com mais armas: para cada dez norte-americanos, há nove armas de fogo.

Não é de se espantar que os EUA levem o primeiro lugar na lista dos países com a maior coleção de armas. O que surpreende é a comparação com outras partes do mundo: no restante do planeta, há uma arma para cada dez pessoas. Nos Estados Unidos, nove para cada dez. Nos EUA podemos encontrar 5% de todas as pessoas do mundo e 30% de todas as armas, algo em torno de 275 milhões. Esta estatística tende a se elevar, já que os norte-americanos compram mais de metade de todas as armas fabricadas no mundo.

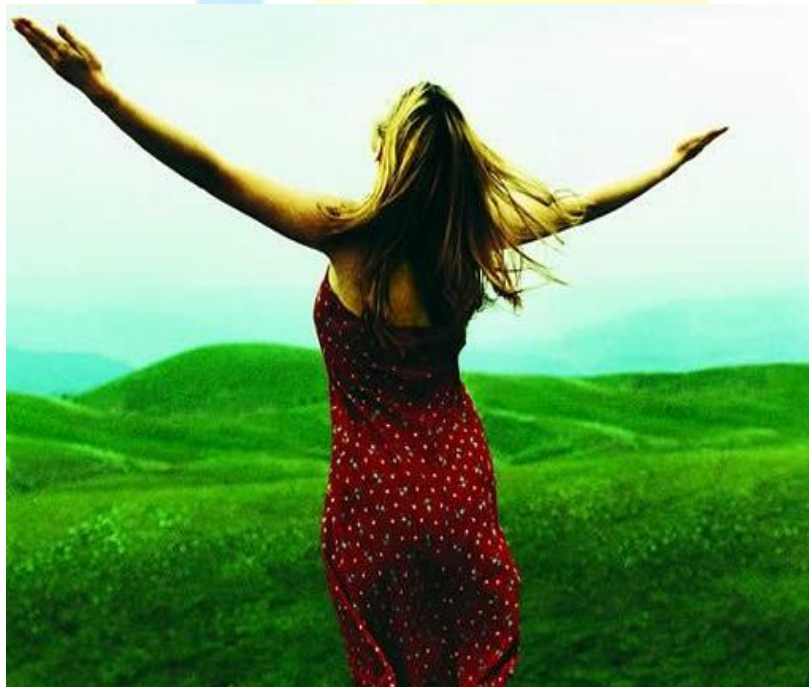
10. Há mais norte-americanos que acreditam no Diabo do que os que acreditam em Darwin.

A maioria dos norte-americanos são céticos. Pelo menos no que toca à teoria da evolução, já que apenas 40% dos norte-americanos acreditam nela. Já a existência de Satanás e do inferno soa perfeitamente plausível a mais de 60% dos norte-americanos. Esta radicalidade religiosa explica as “conversas diárias” do ex-presidente Bush com Deus e mesmo os comentários do ex-pré-candidato republicano Rick Santorum, que acusou acadêmicos norte-americanos de serem controlados por Satã.

Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/12/sonho-americano-conheca-10-fatos-chocantes-sobre-os-eua/> Acesso em: 09/01/2014

Permissão para ser Infeliz (ELIANE BRUM)

A psicóloga Rita de Cássia de Araújo Almeida conta como a demanda por felicidade vem crescendo nos serviços de saúde mental da rede pública



HÁ ALGUNS anos me pergunto se o “direito à felicidade”, que se tornou uma crença partilhada tanto por religiosos quanto por ateus na nossa época, tem sido causa de considerável sofrimento. Se você acredita que tem direito à felicidade, de preferência todo o tempo, ao sentir frustração, tristeza, angústia, decepção, medo e ansiedade, só pode olhar para esses sentimentos como se fossem uma anomalia. Ou seja: eles não lhe pertencem, estão onde não deveriam estar, precisam ser combatidos e eliminados. O que sempre pertenceu à condição humana passa a ser uma doença – e como doença deve ser tratado, em geral com medicamentos.

Deixamos de interrogar os porquês e passamos a calar algo que, ao ser visto como patologia, deve ser “curado”, porque não faz parte de nós. É um tanto fascinante os caminhos pelos quais a felicidade vai deixando o plano das aspirações abstratas, da letra dos poetas, para ser tratada em consultório médico. E, ainda mais recentemente, como objeto do Direito e da Lei, inclusive com proposta de emenda constitucional.

Quem acompanha esta coluna sabe que a felicidade tem sido um tema assíduo. Acredito que poucos fenômenos são tão reveladores sobre a forma como olhamos para a condição humana em nosso tempo como o “direito à felicidade”. Sem esquecer que este tema está relacionado a outros dois fenômenos atuais: a medicalização da vida e a judicialização dos sentimentos. Ou, dito de outro modo: tratar o que é do humano como patologia e dar aos juízes a arbitragem dos afetos.

É importante – sempre é – ressaltar que obviamente existem doenças mentais e situações nas quais o uso de medicamentos é necessário e benéfico, desde que com acompanhamento rigoroso. O que se questiona aqui são os casos – infelizmente frequentes – de leviandade nos diagnósticos psiquiátricos e o consequente abuso no uso de medicamentos, que

tem criado uma multidão de dependentes de drogas legais, cujas consequências só serão conhecidas nas próximas décadas. É íntima a relação deste fenômeno com a crença da felicidade que assinala nosso tempo.

Desta vez, convidei a psicóloga e psicanalista Rita de Cássia de Araújo Almeida para falar sobre um recorte muito significativo: a crescente demanda por felicidade no SUS. No texto de final de ano em seu **blog**, ela abordava a “ditadura da felicidade” do ponto de vista de sua experiência como trabalhadora da rede pública de saúde mental. Rita, 43 anos, é formada em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com mestrado em educação. Há 10 anos ela atua como psicóloga em CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), serviços estratégicos na área da saúde mental. Atualmente, Rita trabalha no CAPS Leste, de Juiz de Fora, e coordena o CAPS Casa Aberta, no município de Lima Duarte, ambos no interior de Minas Gerais.

Nesta entrevista, ela toca em pontos importantes: o aumento do sofrimento causado pelo imperativo da felicidade; a crescente demanda por um diagnóstico de transtorno mental, com a consequente receita de medicamentos; a transformação de momentos como luto, desilusão amorosa e rebeldia juvenil em doença; a dificuldade cada vez maior de compreender que sentimentos como tristeza, angústia, frustração, ansiedade e medo dizem algo importante sobre a vida, que deve ser escutado e não calado. Assim como a insônia e a falta de apetite nem sempre significam doença, mas um aviso de que é preciso reformular algo no cotidiano. Nos últimos anos, Rita e seus colegas perceberam que tinham uma nova função ao acolher as pessoas que os procuravam na rede pública: autorizá-las a serem infelizes. Isso deve dizer algo sobre todos nós – e sobre nosso mundo.

Você atua na rede pública de saúde, escutando pessoas que relatam dores psíquicas. Em seu texto de despedida de 2012, no seu blog, você escreveu sobre a “ditadura da felicidade”, apontando a diferença de queixa das pessoas nos serviços de saúde mental nesta última década. Afirmou que hoje o pedido é por “felicidade” – ou, dito de outro modo, teria se tornado impossível para as pessoas sentirem-se “infelizes” ou conviver com alguém “infeliz”. Como é isso?

Rita de Cássia de Araújo Almeida – Atuo na saúde pública, em serviços do tipo CAPS (saúde mental) há 15 anos, sendo 10 deles como psicóloga. E, sim, tenho percebido uma mudança na maneira como as pessoas entendem a felicidade. Num passado não muito distante a felicidade era um bem a ser conquistado, quase uma utopia. Hoje, as pessoas se sentem na obrigação de serem felizes. A psicanálise entende a nossa época como a “era do direito ao gozo”. Ou seja: hoje, todos têm o direito de gozar plenamente, sem restrições. Nesse caso, a felicidade deixou de ser uma contingência, um evento, e passou a ser um direito que supostamente deveria ser garantido. Vivemos sob a ditadura da felicidade, e, por isso, grande parte das pessoas tem dificuldade de passar por momentos de infelicidade, de frustração e de perdas com naturalidade, entendendo isso como parte da existência.

O que você está dizendo é que o imperativo da felicidade, a obrigação de ser feliz, está provocando sofrimento?

Rita – Percebo que as pessoas, além de sofrer pelo motivo que as levou a procurar ajuda, sofrem ainda mais pela angústia de ter que se livrar daquele sofrimento rapidamente, a qualquer custo. Não compreendem que aquilo que sentem pode ter um significado e um motivo que precisam ser escutados, pela própria pessoa. Também sentem muita necessidade de dar um nome para o que sentem. Querem logo receber um diagnóstico.

Tenho alguns exemplos que, imagino, não fogem muito à realidade de outros colegas trabalhadores da área. Um deles é quando alguém perde um ente querido e a própria pessoa – ou alguém da família, ou até mesmo outro profissional de saúde – solicita atendimento especializado pelo fato de ele ou ela estar sofrendo ou chorando muito. Enterram o pai num dia e querem estar prontos para ir ao cinema no fim de semana seguinte. Temos também adolescentes encaminhadas à psiquiatria por estarem em conflito com o namorado, assim como crianças indicadas por apresentarem problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem.

Para os que não estão familiarizados com o fluxo de funcionamento da atenção à saúde do SUS, precisamos abrir um parêntese para que entendam o exemplo que vou dar a seguir. O sistema funciona, ou pelo menos deveria funcionar, em rede. A atenção primária – o posto de saúde, unidade de saúde ou estratégia de saúde da família – é a extremidade da rede mais próxima do usuário. Portanto, é a primeira que ele procura quando apresenta qualquer problema. O desafio da atenção primária é não trabalhar em cima das especialidades médicas, mas intervir na pessoa como um todo, tendo como diretriz a promoção e a prevenção da saúde. Entretanto, a atenção primária pode, em casos mais específicos, nos quais a intervenção do chamado especialista seja imprescindível, acionar outros parceiros da rede que possam oferecer suporte. Os CAPS, modalidade de serviço que trabalho, oferecem uma escuta especializada no campo da saúde mental.

Certa vez, recebemos em acolhimento uma mulher, encaminhada por um profissional da atenção primária do nosso território de atuação. Segundo ele, esta mulher apresentava um quadro de insônia e delírio persecutório. Numa escuta mais cuidadosa, soubemos que ela, na verdade, estava insone por medo do marido, que ameaçava jogar água fervente em seu ouvido enquanto ela dormia. Portanto, uma ameaça real – e não um delírio de perseguição. Quando ela me disse que precisava de uma consulta com um psiquiatra para que ele lhe desse um remédio pra dormir, tive de perguntar a ela: “Um remédio? Para quê? Para a senhora acordar com o ouvido queimado?”. Parece óbvio, mas ela não se dava conta de que não

dormir, no seu caso, era um sinal de saúde, era uma forma de se proteger (do marido violento) – e não uma doença. Tivemos de autorizá-la a estar com insônia e, obviamente, auxiliá-la a tomar outras providências mais adequadas à situação. “Estamos nos tornando uma geração de humanos que teme sua própria humanidade”



O que essa queixa de “infelicidade” diz da nossa época? O que ela oculta? O que revela?

Rita – Na verdade, o que causa infelicidade às pessoas não mudou muito. Sofremos, em geral, pelo mesmo motivo apontado por Freud há quase 100 anos. Sofremos, na imensa maioria das vezes, do mal-estar resultante das nossas relações com os outros. Entretanto, percebo que mudou muito a forma como as pessoas lidam com esse mal-estar, com sua infelicidade cotidiana. Num passado não muito distante o profissional da saúde mental era, em geral, procurado para ajudar a pessoa a compreender seus mal-estares, decifrá-los. Hoje, um número cada vez mais crescente de pessoas nos procura com um único objetivo: se livrar dos mal-estares. Não querem saber nada sobre seus sofrimentos ou sobre sua infelicidade, não desejam decifrá-los ou interrogá-los. Querem apenas que o sofrimento e a infelicidade silenciem, e ainda demandam de nós uma resposta rápida, eficaz e, especialmente, que não lhe exija muito esforço. Estamos nos tornando uma geração de humanos que temem sua própria humanidade. Vivemos numa sociedade que pretende negar e rejeitar toda espécie de tragicidade que a condição humana carrega consigo.

O que perdemos quando paramos de nos interrogar sobre nosso mal-estar com o mundo? Ou sobre nossos conflitos, nossas angústias e ansiedades?

Rita – Para a psicanálise, nossos mal-estares são oportunidades que temos para reconduzir e aperfeiçoar nosso processo de subjetivação, de construção de nós mesmos, processo este que nunca cessa. São esses mal-estares que nos fazem repensar nossos valores, objetivos, nosso modo de ser e nossas relações. As lagartas, para se transformarem em borboletas, precisam antes passar pela fase do casulo. Se quisermos aproveitar esta metáfora para entender o processo de subjetivação humano, diríamos que somos capazes de viver esse processo de transformação um sem número de vezes. De lagarta para borboleta, de borboleta para lagarta, e assim sucessivamente. Estas transformações, por sua vez, só acontecem quando questionamos nosso modo de ser e de estar no mundo. Quando paramos de nos interrogar, perdemos a oportunidade de passar por essas transformações, ficando paralisados, fixados em uma só condição: ou lagarta, ou borboleta. E é muito melhor quando podemos aproveitar todas as possibilidades de estar nesse mundo.

Por que você acredita que paramos de nos interrogar? O que aconteceu? O que mudou?

Rita – A pressa talvez seja o sintoma mais evidente da nossa sociedade atual. Zygmunt Bauman (sociólogo polonês, autor de *Modernidade Líquida*, *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* e *Vida para Consumo*, entre outros) descreve muito bem nosso tempo. Ele diz que vivemos sob a pressão de constantes mudanças, o que favorece uma cultura do esquecimento, em vez de uma cultura do aprendizado e da lembrança.

Como eu disse, as queixas são as mesmas de 10 anos atrás, mas hoje é cada vez mais comum que as pessoas procurem soluções fáceis e rápidas. As pessoas não têm paciência e disposição para passar por tratamentos longos, que exijam esforço e tempo. Outro dia, eu ouvi algo mais ou menos assim, num atendimento: “Olha aqui, minha filha, eu não vim aqui pra ficar de conversinha com você. Eu tenho depressão e preciso de um remédio, porque esse que eu estou tomando não está valendo nada”.

O que você diz para uma pessoa que acabou de perder alguém que amava, mas não quer viver esse luto? Ou acredita que não deveria estar sentindo essa dor, ou até que é injusto sentir essa dor?

Rita – Percebo mais como se as pessoas não se sentissem no direito de sofrer, não se sentissem autorizadas a serem infelizes, sabe? Então, é interessante que muitas vezes tenhamos de intervir de modo a autorizá-las a sofrer. Precisamos dizer a elas: “Olha, você acaba de perder sua mãe, e, se você a amava, é normal que você sofra, que não durma bem, que não queira se alimentar. Estranho seria se você quisesse ir ao cinema logo depois do enterro. Então, vá para casa, chore, sofra, viva seu luto, compartilhe-o com as pessoas que você ama e volte aqui na semana que vem para conversarmos mais”. Alguns voltarão algumas vezes e agradecerão depois por você não ter se aproveitado de sua fragilidade momentânea para rotulá-lo com um diagnóstico psiquiátrico. Alguns não voltarão porque buscarão outras soluções e modos de lidar com a perda. Uma minoria voltará muitas vezes, porque aquela perda foi realmente insuportável e quebrou a pessoa de tal maneira que a ajuda profissional será fundamental para que ela consiga seguir caminhando. E alguns outros não voltarão, porque irão procurar outro profissional que atenda o seu pedido, que lhe dê uma anestesia, uma droga qualquer que faça calar seu mal-estar. É claro que, lamentavelmente, encontrarão quem faça isso.

O tratamento, no caso, seria “autorizar” a pessoa a ser “infeliz”? Ou a sentir frustração, tristeza, desânimo, ansiedade, saudade, medo etc... ?

Rita – Sim. Para trabalharmos de forma ética, não temos de dizer apenas o que a pessoa quer ouvir, mas, sobretudo, o que ela precisa ouvir. Sendo assim, temos que, muitas vezes, desconstruir sua demanda inicial, autorizando-a a sofrer, a ficar infeliz, a perder o sono e o apetite, quando isso faz parte de um contexto normal de perda, luto, fracasso, desentendimento familiar. Até para que a pessoa possa, a partir daí, fazer perguntas sobre sua vida, suas escolhas, seu modo de ser... No caso daquela mulher que não dormia por causa do marido que a ameaçava, por exemplo, não medicá-la, não acabar com sua insônia, foi fundamental para que ela pudesse questionar seu casamento, a posição dela naquela relação, e possibilitar que ela pudesse fazer novas escolhas e buscar outros caminhos.

Você poderia dar outros exemplos concretos da experiência no consultório?

Rita – Dias atrás recebemos em acolhimento um homem de meia idade queixando-se de dificuldade para dormir e nervosismo. Ele queria a receita de um remédio que já tinha usado uma vez e que, segundo ele, foi muito bom. Ou seja, ele apresentou uma queixa e, em seguida, a solução, tudo em poucos minutos. Tentando desacelerar sua pressa, como deve ser a nossa conduta nesses casos, tratei de fazer as perguntas que ele mesmo deveria estar se fazendo naquele momento. Como estava a sua vida, a sua relação com o trabalho, com o lazer, com a família, o que o deixava nervoso, o que pensava nas noites insones... Respondendo a estas perguntas, ele confessou que, depois da morte da esposa, há alguns anos, decidiu mergulhar intensivamente no trabalho, “para não pensar”. Ele trabalha no trânsito, um local por si só muito estressante, cerca de 14 horas por dia, incluindo feriados e finais de semana, sem horário certo para comer ou dormir. Não tem lazer, mora sozinho e não conseguiu, desde a morte da esposa, se relacionar afetivamente. No decorrer da nossa conversa, ele conseguiu perceber que, com a vida que estava vivendo, era impossível que não estivesse insone e estressado. No final da consulta, estava decidido a reduzir seu tempo de trabalho, a definir horários regulares para comer e dormir, a voltar a fazer uma atividade física e a programar seu lazer. Pedi que ele nos telefonasse em um mês para dar notícias sobre as mudanças, se elas tinham produzido o efeito esperado. Minha experiência me diz que, neste caso, conseguimos produzir o efeito desejado: auxiliar a pessoa a sair de uma posição de paralisia e impotência diante de seus sintomas.

Como é o método de trabalho nos CAPS? Há uma preocupação de que as pessoas não sejam medicadas sem necessidade, quando, em muitos casos, como você conta, a demanda é por um diagnóstico de transtorno mental, com a consequente receita de pílulas? Ou, dito de outra forma, como evitar que os CAPS virem fábricas de doentes mentais e dependentes de drogas legais?

Rita – Como eu disse, o sistema público de saúde funciona em rede. Os CAPS compõem o trançado da rede que oferece uma escuta especializada no campo da saúde mental. Sendo assim, apesar de, em alguns casos, recebermos demanda espontânea, o mais comum é recebermos encaminhamentos dos demais parceiros da rede, em especial da atenção primária. Ao chegar ao CAPS, a pessoa passará por um dispositivo chamado “acolhimento”. Este é um dispositivo que deve ser utilizado por todos os CAPS, uma diretriz para o que chamamos de “porta de entrada” do serviço. Regular esta porta de entrada é fundamental para que os CAPS, como você disse, não se transformem em fábricas de doentes mentais. O acolhimento, como o próprio nome diz, é o momento em que a pessoa será acolhida em sua demanda, será escutada com cuidado, sem pressa, em uma ou mais entrevistas, por um ou mais profissionais do serviço, para que se possa construir uma estratégia de intervenção. E a intervenção pode ser, inclusive, desconstruir a demanda inicial pelo diagnóstico e pela medicação, para incluir outras demandas, nas quais a pessoa pode atuar como protagonista de sua própria história – e não como um mero usuário de drogas legais, para usar suas palavras.

O “direito à felicidade” tem sobrecarregado o sistema público de saúde? Qual é a sua experiência? É a maioria dos casos na área de saúde mental?

Rita – O Ministério da Saúde, através da Coordenação de Saúde Mental, tem passado orientações no sentido de evitar a

psiquiatrização e medicalização das situações cotidianas, obviamente por entender que esse tipo de conduta é, na atualidade, uma realidade na saúde pública brasileira. A Linha Guia de Atenção em Saúde Mental de Minas Gerais – uma publicação da Secretaria Estadual de Saúde que define as diretrizes da política de saúde do estado – alerta para o problema do uso inadequado dos chamados benzodiazepínicos, comumente indicados como se fossem uma fórmula mágica para solucionar problemas pessoais e sociofamiliares. Os benzodiazepínicos – classe de medicamentos com propriedades ansiolíticas, hipnóticas, anticonvulsivantes e miorrelaxantes – estão entre os medicamentos mais prescritos no mundo e inúmeras vezes de maneira inadequada. Geralmente, segundo essa Linha Guia, são prescritos quando o médico se sente impotente diante das queixas de seus pacientes. Hoje, o uso abusivo de benzodiazepínicos pela população tornou-se um grave problema de saúde pública. No nosso cotidiano de trabalho nos CAPS, especialmente no trabalho em parceria com a atenção primária, onde podemos fazer um diagnóstico do que leva as pessoas a procurarem tratamento em saúde mental, temos percebido um aumento na demanda por psiquiatrização e medicalização dos problemas cotidianos. O bom é que, na saúde pública, temos mais liberdade de desconstruir esse tipo de demanda: com a pessoa que nos procura, com a sua família e até com o colega profissional de saúde.

“Usamos o medicamento de forma correta e ética quando ele serve para a pessoa falar – e não para fazê-la calar”

O “direito à felicidade”, na sua opinião, tem levado então a uma maior medicação das pessoas?

Rita – Sim, sem dúvida. A maioria das pessoas que nos procura quer ser medicada – diagnosticada e medicada. Querem um nome para a sua doença e uma pílula milagrosa que resolva seu mal-estar. E, quando dizemos a elas que o remédio não vai resolver seus conflitos familiares, não vai solucionar seus problemas financeiros, não vai dissolver uma culpa ou uma perda, assustam-se e ficam pensativas. Acho que as pessoas realmente acreditam que há um remédio que solucionará isso para elas. E, na verdade, elas não acreditam nisso por acaso. Elas acreditam porque há um discurso, extremamente forte e presente em nossa sociedade, alimentado principalmente pela indústria farmacêutica, que sustenta a ideia de que é possível encontrar na prateleira da farmácia um remédio para qualquer mal-estar que nos incomode. Este é um excelente exemplo, na saúde, de quando a oferta gera a demanda. Existe demanda por felicidade em pílula porque o multimilionário mercado farmacêutico oferta esse tipo de solução.

Isso não quer dizer que os medicamentos psiquiátricos nunca devam ser usados, que são um mal em si. A crítica que se faz é à medicação excessiva e sem norteamento ético. O medicamento precisa servir para que a pessoa fale, para que ela compareça – e não para que ela se cale, se transforme numa morta-viva, num zumbi. Às vezes, a doença psíquica chega ao ponto de impedir a pessoa de ir e vir, de se comunicar, paralisando-a completamente, impedindo-a de fazer laços ou apagando a sua subjetividade. Nestes casos, o medicamento pode e deve ser usado, mas somente com o intuito de fazer com que a pessoa se movimente, fale, compareça. Resumindo: no campo da saúde mental sabemos que estamos usando o medicamento de forma correta e ética quando ele está servindo para fazer a pessoa falar – e não para fazê-la calar.

Você acredita que existe diferença na demanda nos serviços de saúde mental da rede pública e na demanda nos consultórios privados, com respeito à felicidade e à forma como as pessoas se relacionam com dores como frustração, angústia, tristeza, medo etc?

Rita – Eu sou uma entusiasta defensora do nosso sistema público de saúde – o SUS. Na minha opinião, deveríamos ir às ruas levantando bandeiras para exigir financiamento adequado e melhores condições para os seus trabalhadores. E, dentre os inúmeros motivos que me fazem defender esta proposta, vou dizer apenas um que considero fundamental. O melhor sistema de saúde privado que poderíamos conceber não é capaz de fazer uma coisa que só o SUS pode fazer: intervir sem estar submetido à lei de mercado ou à lógica do consumo. Não podemos negar que a medicalização dos nossos problemas cotidianos faz muito bem ao desenvolvimento da indústria farmacêutica – e só o SUS é capaz de manter uma distância segura dessa influência.

Além disso, no SUS, podemos com mais tranquilidade desconstruir a demanda por uma especialidade ou por uma intervenção específica, pelo próprio sistema de rede. Na rede privada ou conveniada, qualquer um de nós pode, a qualquer momento, marcar uma consulta com qualquer especialista, mesmo que não haja nenhuma indicação para tal. Só isso já aumenta muito a probabilidade de uma pessoa ser diagnosticada e medicada sem o cuidado necessário – algumas vezes por uma falta de cuidado ético do profissional, em outras vezes pela própria pressão do usuário em ser atendido no seu pedido. Especialmente porque, no setor privado, o usuário é, na verdade, um cliente. E sabemos que, na sociedade de consumo, o cliente sempre tem razão.

De certo modo, você percebe na sua prática clínica cotidiana que tudo o que é do humano virou patologia. De novo, o que isso revela? E o que isso causa?

Rita - Sim, hoje, tudo o que nos torna humanos é passível de ser diagnosticado e medicado. Acho que isso revela que nós nos tornamos uma sociedade extremante “careta”. Careta no sentido de ser capaz de interpretar todo o tipo de transgressão ou de atitude fora do padrão como um provável transtorno mental a ser diagnosticado e tratado. Ou seja: normatizado. Tenho 43 anos e três filhos, dois deles adolescentes de 17 e 15 anos. Quando eu tinha a idade deles, uma atitude qualquer que eu cometesse, fora das normas e das regras, era tratada como uma transgressão, apenas. E tínhamos certo orgulho da

punição que recebíamos, já que ela era como um troféu e também uma espécie de acerto de contas, que nos autorizava a transgredir novamente. Já meus filhos não têm a mesma sorte que eu tive. Precisarão de muito cuidado para escolher seu modo de transgredir, pois, ao invés de ser entendido como um ato de rebeldia ou travessura adolescentes, pode ser interpretado através de um diagnóstico psiquiátrico, condenando-os assim a um tratamento psicológico ou medicamentoso. Acho isso uma grande caretece.

Vivi recentemente uma situação no mínimo inusitada, que retrata bem o que estou dizendo. Uma mãe nos procurou no CAPS com seu filho adolescente de 15 anos. Demandava uma avaliação psiquiátrica para ele. Nos CAPS em que trabalho, temos como protocolo que o acolhimento seja feito por outro profissional, que não o médico, exatamente para esvaziar essa demanda imediata pelo medicamento. Eu, então, fui fazer o atendimento com mãe e filho. Segundo o relato da mãe na consulta, o rapaz estava repetidamente se envolvendo em atos delinquentes. No último deles foi punido pela Justiça e condenado a uma pena alternativa, pelo fato de ser menor de idade. A mãe queria que descobríssemos qual transtorno mental seu filho tinha. Transtorno este que, supostamente, estaria fazendo com que ele tivesse aquelas atitudes. Em seguida, assisti a um bate-boca inusitado entre mãe e filho. Ela tentando me provar que ele tinha uma doença mental ou que estava sob o efeito de alguma droga, enquanto ele afirmava que seu comportamento nada tinha de patológico, já que ele tinha plena consciência de seus atos, estava no seu juízo perfeito e não cometeu os delitos sob o efeito de drogas. Enquanto a mãe queria que eu rotulasse o filho com algum diagnóstico, o filho tentava dizer a ela que infringiu a lei conscientemente e pretendia pagar pelo seu ato ilícito. Naquele momento, fiquei com muita pena daquela mãe tentando desesperadamente transformar o filho num doente mental, mas, ao mesmo tempo, também fiquei com pena daquele menino que queria apenas ser tratado como um rebelde, um fora da lei – e não como um doente. Vivemos tempos estranhos...

E por que vivemos tempos estranhos?

Rita – O estranhamento é exatamente a sensação que temos quando percebemos uma mudança que ainda não compreendemos totalmente. Acho muito estranho que alguém prefira ter um filho portador de transtorno mental a ter um filho que transgrediu a lei. Acho estranho que todas as nuances do comportamento humano sejam passíveis de serem nomeadas e medicalizadas. Ou seja: passíveis de normatização.

“Estamos produzindo uma geração de jovens que se quebram ao menor arranhão”

Como a questão do “direito à felicidade” se manifesta na relação entre pais e filhos? E qual é o papel do consumo nessa relação?



Rita – Você já trouxe alguns textos com esse tema aqui na sua coluna. Hoje, toda criança já nasce gozando do direito pleno e irrestrito à felicidade. E assim sendo, as crianças não precisam mais lutar por ela ou desejá-la. Se a felicidade é um direito, cabe a elas tão somente se queixarem ou cobrarem quando esse direito não está sendo atendido. E os pais têm sido os mais cobrados para fazer valer esse direito. Os filhos dessa geração exigem que seus pais os façam felizes, que não os frustrem e, o que é pior, vemos muitos pais completamente perdidos, acreditando que serão mesmo capazes de ofertar felicidade plena aos filhos, ou que poderão atender ao imperativo de nunca os frustrarem. Por isso os pais de hoje têm tanta dificuldade em dizer “não”. Vou dar um

exemplo extremo desse medo dos pais. Há cerca de quatro anos, fui procurada por uma mãe em meu consultório particular, que queria atendimento para o filho. Sua queixa era a de que este filho, de 9 anos, voltara a fazer “cocô na calça”. Fiz algumas entrevistas iniciais com a mãe, para avaliar melhor a demanda, antes de pedir que ela trouxesse o menino. A mãe me explicou que o filho sujava a calça com frequência, especialmente em momentos nos quais a família estava fora de casa, em alguma atividade social – um aniversário, um passeio, um jantar. Ela contou que já estavam evitando sair de casa por causa do comportamento do filho. Perguntei, então, se ela já tinha questionado o filho sobre o motivo que o levava àquele comportamento. Essa mãe me respondeu: “Claro que não!”. Confessou-me que ela e o marido jamais falavam do assunto na presença do menino. Segundo ela, para não traumatizá-lo. Explicou que ela e o marido, nesses eventos sociais, ficavam sempre atentos e, diante de qualquer “cheiro estranho”, pegavam o filho e saíam imediatamente do local. Sem falar nada com ele sobre o episódio, levavam o menino para casa, lhe davam banho e trocavam sua roupa. Em seguida, continuavam agindo como se nada tivesse acontecido. Este é um caso extremo, mas vemos muitas outras atitudes, não tão incomuns como esta, sendo repetidas pelos pais de hoje, tudo para poupar o filho de uma possível frustração.

Temos tratado nossos filhos como se fossem peças de louça muito delicadas. Ao condená-los à felicidade ampla, geral e irrestrita, estamos produzindo uma geração de jovens extremamente frágeis e imaturos, que se quebram ao menor arranhão. Obviamente a sociedade de consumo se aproveita muito disso. Temos filhos querelantes, que sabem como ninguém exigir seu “lugar ao sol”. Ou, adaptando o termo ao discurso capitalista, temos filhos que sabem como ninguém exigir a mercadoria que lhes convém na prateleira. E temos pais que temem dizer “não”, pois não querem frustrar ou traumatizar seus filhos. Junta-se a isso uma sociedade que mede o grau de felicidade das pessoas pelo tanto de coisas, bens ou serviços que elas são capazes de consumir e chegamos a uma combinação perfeita. Que mais a sociedade de consumo pode querer?

O “direito à felicidade” tem permeado as relações na sociedade brasileira – assim como no Ocidente, em geral. No Brasil, inclusive, tem sido tema tanto do judiciário quanto do legislativo, até com proposta de emenda constitucional. Por mais que as intenções sejam boas e aparentemente são, a felicidade como direito fundamental é no mínimo questionável. Que tipo de consequências da suposta garantia do “direito à felicidade” já testemunhamos e quais ainda podemos esperar?

Rita – Penso que a felicidade deveria ser um tema tratado apenas pelos poetas, músicos, escritores. Trazer o tema da felicidade para o campo da razão, para o campo jurídico ou científico, é um equívoco. A felicidade é um tema subjetivo. Sempre que tentamos circunscrevê-la com algum discurso burocrático, tendemos a formatá-la num padrão ideal, num modelo que sirva para todos. E não existe um ideal de felicidade, cada um de nós irá percebê-la ao seu modo.

Além das consequências que já citamos aqui, existe uma outra, tão empobrecedora para a nossa subjetividade quanto a medicalização do sofrimento cotidiano, que é a judicialização da vida. O que também já está acontecendo com frequência. Nossos pais não nos amaram o suficiente? Fim de um relacionamento amoroso? Traição de um amigo? Dificuldades com o chefe? Diante de alguns destes problemas, mesmo os mais corriqueiros, bastará que entremos na Justiça para cobrar uma reparação, nem que seja financeira. Ou seja, quando a felicidade for uma espécie de direito constitucional, poderemos também resolver nossas infelicidades nos tribunais. E assim seremos finalmente considerados incapazes de resolver por nós mesmos nossas frustrações e dificuldades de relacionamento.

O que você entende por felicidade?

Rita – Como disse, prefiro deixar este tema para o campo das artes. Não há como entender a felicidade com a razão, não é possível mensurá-la ou pensá-la como um modelo que valha para todos, todo o tempo. Se estamos numa relação atribulada, felicidade pode ser um momento de solidão. Se estamos solitários, felicidade pode ser receber um telefonema. Guimarães Rosa, na pele de Riobaldo, diria assim: “No sertão, até enterro simples é festa”.

A sensação de felicidade é uma experiência singular, única para cada pessoa. Acredito que o desafio atual seja pensar um projeto coletivo capaz de trazer esse tema para a pauta, mas não para o campo da lei, da burocracia, da simples garantia de direitos, ou da ciência – mas, quem sabe, para o campo da ética. No campo da ética, as pessoas podem entender que elas também têm o direito de ficarem infelizes, que infelicidade não é doença, mas parte da condição humana – e que, sem ela, perdemos metade da nossa humanidade.

Qual é a importância da infelicidade?

Rita – Acredito que, em tempos de ditadura da felicidade, respeitar e autorizar essa infelicidade nossa de cada dia é uma forma de resistência, uma espécie de libertação.

ELIANE BRUM é jornalista, escritora e documentarista. Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. É autora de um romance - *Uma Duas* (LeYa) - e de três livros de reportagem: *Coluna Prestes – O Avesso da Lenda* (Artes e Ofícios), *A Vida Que Ninguém Vê* (Arquipélago Editorial, Prêmio Jabuti 2007) e *O Olho da Rua* (Globo). E codiretora de dois documentários: *Uma História Severina* e *Gretchen Filme Estrada*. elianebrum@uol.com.br. **Revista ÉPOCA, Janeiro de 2014.**

Alma reptiliana em 2014 (LUIZ FELIPE PONDÉ)

POR QUE, depois de tantas provas de que muitas religiões são uma farsa e alguns de seus ministros são uns picaretas, elas ainda dominam a vida da maioria dos seres humanos? Uma resposta possível está na Pré-História e em nossa "alma reptiliana". Sou daquele tipo de pessoa que não acredita que mudamos muito nos últimos tempos; para dizer a verdade, acho que, quando pensamos na humanidade, a Pré-História deveria ser mais levada a sério do que surtos como a Revolução Francesa ou coisas passageiras como eleições democráticas.

Ou melhor, a Revolução Francesa deveria ser lida como mais um surto da violência natural que caracteriza toda manifestação de multidões desde o Paleolítico. Gostamos de matar e pronto. E a ideia de "um mundo melhor" é tão metafísica quanto os milenarismos medievais ou o monte Olimpo de Zeus. Voltemos às religiões. Fenômeno mais essencial do que a política (aliás, só quando vira religião a política reúne multidões, como os fanáticos que creem na política como salvação), e, mais determinante, a religião deita raízes, como tudo mais de humano, na força que de fato nos forma, o desejo, que em nós é atávico como nosso cérebro réptil. E o réptil em nós goza no desejo.

Em nós, o desejo é metafísico, isto é, desejamos um mundo imaterial e eterno, no qual a força dos deuses é nossa, e nela não somos os miseráveis que somos. E para ter esse mundo nos fazemos ainda mais miseráveis, porque nosso pensamento e nossas ideias servem a esse desejo, e não o contrário. Por isso, seguimos picaretas de todos os tipos, que dizem representar os deuses, os santos, os espíritos que controlariam nossos destinos, fracassos e sucessos. No fundo, querem dinheiro, sempre dinheiro.

Não somos seres de razão, somos seres de desejo. É na Pré-História que encontramos a melhor compreensão de nossa "natureza", e não em teorias escritas em gabinetes sofisticados. Em cada um de nós vive um *Australopithecus* pronto a romper seu exílio em nossas maneiras afetadas de civilizados. A religião, em grande parte, "organiza os delírios" de nossa mente animal e irracional. Em nós, a razão é superficial como espuma. Mas, diga-se, uma espuma que deve ser cultivada a todo custo. Para além da chamada "escolha racional" (teoria muito comum hoje em estudos das religiões), teoria esta baseada no utilitarismo inglês que afirma que os seres humanos escolhem racionalmente buscando a redução do mal-estar e a otimização do bem-estar (por isso a religião, na sua hegemonia, seria um modo de escolha que diminui nosso mal-estar), a "inconsciência religiosa" se mantém, em grande parte, graças à estrutura mental pré-histórica.

É fácil imaginar nossos ancestrais apavorados sob o domínio de figuras xamânicas que cuspiam fogo enquanto afirmavam que pragas, doenças e guerras assolariam a vida do bando — o óbvio e ululante, claro. Ou, no caso de desejarem combater essas maldições, eles deveriam matar bichos, matar pessoas, comer comidas sagradas, entoar sons repetitivos, dançar ritmos extáticos, fazer sexo com o sacerdote. Enfim, há um risco de reptilização da fé. Quando passo diante de um desses templos nos quais as pessoas erguem as mãos e gritam pelo Espírito Santo ou qualquer outra entidade suposta, ouço nossa ancestralidade berrando em plena luz do dia. Pensar que há algo de diferente entre o pré-histórico e nós nisso é confundir o cenário com a dramaturgia que na realidade define os personagens e sua ação.

Claro, hoje, afetados de todos os tipos se dizem contra sacrifícios animais e contra guerras, mas, em dois minutos, pulariam na jugular de quem fosse contra suas pautas de santidade. A verdade do homem não está no que ele diz, mas no que ele faz em nome do que ele diz. As religiões evoluíram, como tudo mais em nós. Produziram grandes e belos sistemas teológicos e morais. Não nego. Mas o número de pessoas que se submetem a reptilização da fé é enorme, pouco importa o quão inteligentes sejam em outras áreas, ainda creem, em 2014, na capacidade de interpretação desses picaretas do mundo dos espíritos.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

Já foi mais fácil ser poeta (CONTARDO CALLIGARIS)

ALGUNS leitores me pediram para contar mais sobre a vigília de poesia (num sentido que inclui música, dança e performance) dos dias 1º e 2 de janeiro na igreja de Saint Mark, no East Village de Nova York.

Na origem, há as leituras públicas nos cafés do bairro nos anos 1950 e no começo dos 1960. Em 1966, o Poetry Project (projeto poesia) se formalizou, e as leituras se mudaram para a igreja anglicana de Saint Mark, cujo reitor era um protetor das artes. Em 1974, foi a primeira maratona de poesia no Ano-Novo; leram seus poemas William S. Burroughs, John Cage, Gregory Corso, Allen Ginsberg, Peter Orlovsky e Patti Smith -isso, para lembrar os mais famosos.

Na semana passada, era o quadragésimo aniversário da maratona. Cento e quarenta poetas leram seus poemas. Muitos homenagearam o amigo Lou Reed, que acabara de morrer. Fiquei seis horas; escutei, por exemplo, Philip Glass tocar piano e Patti Smith ler algo do novo livro que está escrevendo (duas páginas sobre o fim de "Blade Runner - O Caçador de Andróides", de Ridley Scott).

Anne Waldman é uma poeta ligada aos beats desde o começo. Sua performance me lembrou as leituras de Allen Ginsberg que presenciei nos anos 1960 em Nova York e em Milão -não tanto pelos temas quanto pela entonação profética.

Pensei que não deve ser fácil fazer poesia na sombra de "Howl", o grande poema de Ginsberg ("Uivo", mas eu preferiria gemido ou berro). "Vi os melhores espíritos de minha geração destruídos pela loucura, famélicos histéricos nus, se arrastando na primeira luz do dia pelas ruas dos bairros negros à procura de uma seringa raivosa". Aquele começo, ainda hoje, força qualquer leitor a contar, do seu jeito, o desperdício de sua geração. Mas o drama do sacrifício dos melhores, neste começo de milênio, parece fazer falta.

Cadê a heroína injetável dos anos 1950 e 1960? Cadê a Guerra do Vietnã, que devorava as vidas nos anos 1970? As guerras de hoje são menos imediatamente absurdas; no mínimo, elas invocam uma necessidade de defesa. A geração dos anos 1980 esbarrou em outro desperdício: todos, naquela década, vimos os melhores morrendo invadidos pela Aids, como se um demônio invejoso se vingasse dos prazeres que eles tinham ousado se permitir. E agora, nos últimos 15 anos, o que sobrou para alimentar a ideia do destino trágico dos melhores (e, eventualmente, da gente)?

Hoje, é mais fácil esquecer a tragédia e escolher o sarcasmo: os melhores espíritos de nossa geração, em vez de se arrastar pelas ruas dos bairros negros, passam a noite na fila para ser os primeiros a comprar um novo smartphone. Talvez seja melhor assim: smartphone é mais saudável que heroína (não é?). Mas, convenhamos, a heroína é muito mais poética do que o smartphone: ainda vale entre nós o modelo romântico do artista atormentado pelo trágico de sua condição.

Justamente, no dia 4, fui assistir à nova versão do musical "Pippin", de Stephen Schwartz e Bob Fosse (que foi coreógrafo da montagem original, mas também contribuiu ao texto). "Pippin" foi montado no Brasil (de maneira memorável, segundo me dizem) por Flávio Rangel, em 1974, com Marco Nanini e Marília Pêra. O jovem Pippin quer ter uma vida justificada por empreendimentos extraordinários; ele tem a certeza atormentada de ser destinado a coisas maiores do que a simples repetição da vida dos pais. No fim, todos esperam que Pippin queime como um Ícaro que quis voar alto demais; com isso, ele será lembrado por sua bela morte. Na versão original, Pippin renuncia a seus sonhos e se deixa enredar na banalidade cotidiana. Na nova versão, ele também desiste, mas o enteado dele toma seu lugar e começa a sonhar com as mesmas glórias confusas.

O musical é assim uma meditação (divertida e séria) sobre as inevitáveis aspirações abstratas da juventude, que nos afastam da vida - pois, diante delas, tudo perde relevância. Os furores da juventude e o ideal romântico do artista (que, de preferência, aliás, deve morrer jovem) nascem na mesma época, no fim do século 18, quando a liberdade e seus sonhos (de um futuro sempre extraordinário) tornam-se, de fato, possibilidades concretas e inquietantes. Pergunta aos pós-românticos: como se apaixonar pela vida esperando dela apenas o ordinário?

Nota: para conhecer o Poetry Project: <http://poetryproject.org/history/insane-podium>.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

Barbárie brasileira (JOSIE JERÔNIMO)

Cenas chocantes de violência no Maranhão são resultado de dois fenômenos devastadores: a expansão do crime organizado para todo o País e a inépcia da família que governa o Estado há 45 anos



AS CENAS pavorosas de violência no Maranhão provocaram revolta e perplexidade, mas elas são acima de tudo o retrato de um velho fenômeno brasileiro: o crime organizado detentor de poderes sem limites. Mais do que isso: a criminalidade brutal ilustra a inépcia das autoridades. Elas falharam em conter, na década de 70, o aparecimento das primeiras facções em presídios do Rio, organizações que mais tarde se alastraram para as carceragens paulistas e depois, como uma epidemia, chegaram a inúmeros Estados. Tudo isso às vistas de governos de diversas colorações partidárias. Diversos fatores podem ser atribuídos à escalada da violência, mas o poder público, que deveria ser o escudo contra a criminalidade, teve um papel decisivo na disseminação do fenômeno. A estratégia de espalhar líderes do crime organizado para cárceres no Brasil inteiro não enfraqueceu as facções, como imaginaram os gestores da segurança, mas possibilitou a elas criar ramificações. O resultado está aí, nas imagens grotescas vindas do Maranhão.



TRAGÉDIA

Em São Luís, ônibus em chamas, presos rebelados e o desespero da população. Eis o retrato da falta de uma política penitenciária no Brasil



O Maranhão revelou-se campo fértil para criminosos graças ao estilo peculiar de seus governantes. Em 2002, a candidatura presidencial de Roseana Sarney foi implodida pela descoberta de R\$ 1,3 milhão em dinheiro vivo no cofre de uma empresa de São Luis, a Lunus, propriedade de sua família e de um empresário local, Luiz Carlos Cantanhede Nunes. Uma década depois, Cantanhede encontra-se no centro do colapso do sistema de segurança pública. Sempre amigo da família, é dono da Atlântica Segurança Técnica, empresa que já embolsou R\$ 22,4 milhões do governo Roseana para prestar serviços terceirizados ao sistema carcerário. A abastada Atlântica não impediu a rebelião que produziu 59 mortos na penitenciária de Pedrinhas.

A família do ex-presidente José Sarney governa o Maranhão há 45 anos. Num Estado onde o culto à dinastia está em toda parte, vive-se sob um regime senhorial de poder sem paralelo no Brasil. O patriarca José Sarney chegou pela primeira vez ao governo de seu Estado nomeado pelos militares, em 1966. Desde então, a família asfixia a crítica e o debate a partir de um monopólio nas comunicações, com seis emissoras de tevê, dez de rádio e o jornal de maior circulação. Hoje, como ontem, o Estado continua nos últimos lugares nas estatísticas que medem o bem-estar da população brasileira.

Sarney foi amigo dos generais quando eles governavam o País. Tornou-se presidente da República na democratização e desde 2002 é aliado fiel e insaciável de verbas e cargos do condomínio Lula-Dilma. Embora tenha permitido ampliar os poderes da família, essa situação trouxe poucos benefícios para o conjunto da população. A soma de oportunidades perdidas é enorme. O Brasil conheceu o "milagre" dos generais, o Real de Fernando Henrique, a expansão da classe média com Lula, mas o Maranhão de Sarney e do amigo Cantanhede não viu. Apenas nos últimos 20 anos, 360 dos 1.035 convênios do Estado com o governo federal foram perdidos por erros administrativos.

Nesse mundo fechado, a rebelião dos criminosos encarcerados em Pedrinhas produziu horrores, entre eles corpos dilacerados e decapitados. Atacados por bandidos que cumpriam ordens de chefes de bando instalados no interior do presídio, cidadãos das ruas de São Luis passaram dias tentando escapar de chamas no interior de ônibus. Nem todos conseguiram fugir. Uma menina de 6 anos, Ana Clara Santos Souza, morreu com 90% do corpo queimado, depois de sua mãe implorar aos criminosos que poupassem suas vidas. Na semana de labaredas humanas e cabeças cortadas, viveu-se uma típica situação de Maria Antonieta, a célebre rainha fora do mundo que, quando o povo foi às ruas de Paris protestar pela falta de pão, recomendou que comesse brioche: a governadora Roseana lançou uma licitação de R\$ 1,3 milhão para a cozinha do Palácio dos Leões, que inclui, entre outras iguarias, 80 quilos de lagosta.



HORROR - O velório de Ana Souza, 6 anos, vítima do incêndio no ônibus; suspeitos de incitarem a onda de violência; e policiais diante do Complexo Penitenciário de Pedrinhas (da esq. para a dir.): o crime se organizou graças ao Estado omissivo

A violência dos últimos dias ilustra o aparecimento, no Maranhão, de uma escola de crime que parecia exclusiva de São Paulo e Rio. Num caso que já fora denunciado em 2011, e que jamais recebeu a devida atenção, funciona em São Luis um braço do PCC, facção que atua nos presídios paulistas. Se a falta de segurança é um problema grave no País inteiro, ela piorou no Maranhão, graças a uma política de segurança suicida. Cada vez mais omissivo, o Estado possui hoje o menor efetivo policial per capita de toda a Federação.

Uma das bases da política de segurança é a terceirização dos serviços de vigilância de presídios. Ela permite receitas milionárias a empresas que dirigem o sistema, como a Atlântica do velho amigo Cantanhede, partilhando uma verba de R\$ 90 milhões, mas reserva uma ninharia para o trabalho essencial de lidar com criminosos que comandam um universo paralelo, violento e organizado. Enquanto o salário de um agente penitenciário do Estado fica em R\$ 5 mil mensais, a verba disponível para um terceirizado se limita a R\$ 800 por mês, quantia que não permite empregar cidadãos com um preparo mínimo para lidar com situações de violência e alto risco. As brechas do sistema de segurança transformaram o Estado "numa terra fértil para o êxodo de criminosos," afirma Lucylea França, estudiosa de segurança pública da Universidade Federal do Maranhão. Para a professora, até hoje o Maranhão vive numa "ditadura criada nos anos 60, o que deixou o Estado exposto ao crime organizado."

Como já acontece nos Estados do Sul, no Maranhão o tráfico de drogas já é hoje a principal causa da prisão de mulheres e a violência avança em escala crescente: o número de homicídios aumentou 61% nos últimos três anos. Nesse

ambiente, ninguém tem paz, nem o secretário de Segurança, um veterano policial, Aluísio Mendes, grande amigo da família, obviamente. Mendes costuma deslocar-se pela cidade sob a proteção de vários círculos de guarda-costas, num espetáculo que causa estranheza e temor e que os brasileiros só costumam ver em filmes sobre a guerra perdida de policiais contra traficantes na fronteira do México com os Estados Unidos.

AS MAZELAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO MARANHÃO

O PIB, o IDH, o analfabetismo e os índices que medem o desempenho estudantil estão entre os piores do País

PIB PER CAPITA

O Maranhão ocupa, ao lado do Piauí, a última colocação no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) per capita brasileiro. São R\$ 7,8 mil por ano. O Distrito Federal, o primeiro da lista, registra R\$ 63 mil

DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Estado tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil

ANALFABETISMO

Segundo o IBGE, um em cada cinco maranhenses acima de 15 anos não sabe ler ou escrever

DESEMPENHO EDUCACIONAL

Com nota média de 4,8, as escolas do Maranhão têm desempenho abaixo da meta mínima estabelecida pelo Ministério da Educação, que é de 5,7

REINO A família de José Sarney comanda o Maranhão há 45 anos. Como legado, o clã deixou os piores indicadores sociais do Brasil



O QUE EXPLICA A ONDA DE VIOLÊNCIA

O colapso do sistema penitenciário
e a inoperância do governo do Estado
desencadearam a tragédia

EFETIVO INSUFICIENTE

Em relação ao total da população, o Maranhão
tem o menor efetivo policial do País

PRESÍDIOS SUPERLOTADOS

O sistema prisional do Maranhão tem pouco
mais de duas mil vagas e mais de 5,5 mil presos



CONCENTRAÇÃO DE PRESOS

O governo cometeu erro grosseiro ao concentrar a
população carcerária na Penitenciária de Pedrinhas,
na Grande São Luis. Para evitar o fortalecimento de
facções, as autoridades deveriam dividir os presos no
maior número de instituições possível

FOTOS: MARLENE BERGAMO/FOLHAPRESS; KARLOS GEROMY/OMPI/O.A. PRESS;
ANDERSON SCHNEIDER/ISTOÉ; JOSÉ CRUZ/ABR

O mundo segundo Teerã (SHERVIN AMHADI)

Assinado em novembro, o acordo sobre o setor nuclear iraniano marca uma etapa importante da aproximação entre Washington e Teerã. Os obstáculos permanecem, mas a República Islâmica parece determinada a aproveitar a nova conjuntura do Oriente Médio e desenvolver um diálogo construtivo com os EUA e com seus vizinhos.



ESTADOS UNIDOS e Irã têm uma longa história. Por um lado, o papel da CIA no golpe de Estado contra o governo nacionalista de Mohammad Mossadegh em 1953; por outro, a tomada de reféns na embaixada norte-americana em 1979: nos dois países, esses episódios ainda estão muito presentes na memória coletiva. Contudo, Teerã parece querer virar a página e depositar, pela primeira vez, sua confiança num governo norte-americano, o do presidente Barack Obama. É uma decisão de consequências incalculáveis para a política regional.

Longe de ser uma improvisação, essa medida foi preparada cuidadosamente, o que se vê pelo modo como se organizou a última eleição presidencial. Decidido a evitar qualquer risco de confronto entre seus partidários, o regime afastou os candidatos mais controversos. O povo percebeu a jogada e votou em massa naquele que defendia o fim do conflito com os Estados Unidos. Eleito já no primeiro turno com quase 72% dos votos, o novo presidente Hassan Rohani estava em posição de negociar, em igualdade de condições, com os norte-americanos. Essa escolha não decorreu de uma visão romântica da administração Obama e de suas intenções: Teerã sabe muito bem que o cenário internacional e regional mudou e que os Estados Unidos já não podem lhe fazer guerra.

A hesitação do presidente norte-americano em ordenar represálias militares contra a Síria e sua adesão à proposta de um desmantelamento do arsenal químico de Bashar al-Assad confirmaram a mudança na ordem regional. Embora o papel da Rússia tenha sido enfatizado pela mídia ocidental,¹ os iranianos sempre afirmaram que eram os autores da proposta de destruição do arsenal químico e que convenceram Damasco a aceitá-la. Seja como for, a nova atitude norte-americana persuadiu a República Islâmica de que agora devia recorrer à negociação, não à guerra, e dispor-se a ceder em alguns pontos para normalizar as relações com Washington.

Os dois países têm interesses estratégicos comuns no Afeganistão e no Iraque; ambos se inquietam igualmente com a marcha dos acontecimentos no Paquistão. No entanto, mantêm alianças político-militares antagônicas. O Irã apoia o Hezbollah libanês, a Síria e o Hamas palestino. Os Estados Unidos são aliados das monarquias petroleiras do Golfo Pérsico e de Israel; e ainda que essa região se torne um dia menos importante para eles, não se concebe que tais vínculos venham a ser postos em questão.

No plano econômico, uma reaproximação poderia dar resultados rápidos, como por exemplo o desbloqueio dos fundos iranianos congelados nos Estados Unidos e a assinatura de contratos produtivos nos setores em que o Irã tem necessidades urgentes, como a aviação. As empresas norte-americanas têm todas as condições para conseguir esses contratos, pois, apesar das sanções, sempre estiveram indiretamente presentes no país. Outro trunfo: a considerável diáspora iraniana instalada nos Estados Unidos, que nunca rompeu com a mãe-pátria. Os Estados Unidos dispõem também de uma base cultural sólida no Irã, paradoxalmente o único país da região – afora Israel – onde não se alimenta um sentimento hostil contra eles.

Mas a reorientação da política externa iraniana não diz respeito unicamente às relações com Washington. Longe disso. Teerã já definiu há muito tempo seus eixos estratégicos, determinados não tanto pela ideologia, mas sobretudo pelos interesses regionais e pela avaliação do equilíbrio de forças.

Os avanços do regime iraniano no cenário regional, durante os últimos dez anos, são impressionantes. Ele atuou com muita habilidade e realismo nessa esfera, a segunda em importância aos olhos dos dirigentes (depois da militar). Vários centros de pesquisa especializados surgiram em torno do Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime e do Ministério das Relações Exteriores. Desde 1997, o Centro de Pesquisas Estratégicas, fundado em 1989 sob a tutela desse conselho, produz com regularidade relatórios sobre as questões mais importantes, endereçados aos dirigentes. Parte desses estudos é publicada no periódico trimestral do centro, que já teve como diretor Rohani, o novo presidente.² Bem distantes do tom propagandístico oficial, as análises aí desenvolvidas tratam da estratégia tradicional e a revista não hesita em apelar para especialistas estrangeiros.

Crescente influência regional

O Irã manobra num ambiente complicado, dando mostras de grande flexibilidade. Na frente leste, sua principal fonte de preocupação é o Paquistão. O papel deste no Afeganistão, sua aliança com os Estados Unidos, o refúgio que oferece aos muçulmanos mais radicais, sem falar em sua bomba atômica, preocupam o Irã, tanto quanto a instabilidade oriunda desses compromissos contraditórios. Evitando levantar a questão do destino dos xiitas,³ Teerã espera estabilizar suas relações com Islamabad jogando com sua dependência energética. O projeto do “gasoduto da paz”, destinado de início a canalizar o gás do Irã para a Índia através do território paquistanês, foi finalmente assinado em março de 2013. Sob pressão norte-americana, a Índia recuou em 2005,⁴ mas o Irã sabe que as necessidades energéticas desse gigante econômico vão obrigá-lo, a médio prazo, a rever sua posição.

No Afeganistão, Teerã sempre manteve boas relações com o governo instalado pelos Estados Unidos, que prefere aos talibãs. O intercâmbio econômico teria sido multiplicado por oito nos últimos quatro anos, chegando a US\$ 5 bilhões. Ainda que esse número pareça exagerado, os produtos iranianos invadiram o mercado afegão apesar das pressões dos Estados Unidos, para quem Teerã estaria tentando, desse modo, contornar as sanções que lhe foram impostas.⁵

No Iraque, a queda de Saddam Hussein desembarçou o Irã de um de seus piores inimigos, permitindo-lhe aumentar sua influência política nesse país e na região. Esquecendo a guerra mais longa do século XX, os dois países se tornaram parceiros econômicos e aliados políticos.

Durante o governo de Saddam, Teerã auxiliou vigorosamente a oposição iraquiana – xiita, mas também curda. Após 2003, algumas facções conservaram relações estreitas com os persas e lhes permitiram ampliar sua influência no palco político iraquiano. O primeiro-ministro Nuri al-Maliki é considerado muito próximo de Teerã, e o dirigente curdo Jalal Talabani desempenhou papel importante na reaproximação entre os Estados Unidos e o Irã. A primeira negociação oficial entre os dois países, com vistas à estabilização do Iraque, foi organizada por sua iniciativa em 2007.

A convivência com Ancara, outro vizinho do oeste, parece mais delicada. As relações econômicas vêm se intensificando há dez anos, com as trocas comerciais passando de US\$ 2,1 bilhões em 2002 para US\$ 21,3 bilhões em 2012.⁶ Depois das sanções norte-americanas, as empresas iranianas instaladas nos Emirados Árabes Unidos, responsáveis por grande parte das importações do país, se transferiram para a Turquia. Teerã vê Ancara como importante parceiro estratégico e as ambições regionais comuns podem aproximar os dois países, ainda que permaneçam divididos em relação ao futuro da Síria. Mas, também nesse caso, embora o impasse se prolongue, algumas aproximações são possíveis, como se viu pela visita a Teerã, em 27 de novembro, do ministro das Relações Exteriores turco, Ahmed Davutoglu.⁷

Uma guerra fria persiste entre o Irã e sua vizinha do sul, a Arábia Saudita. Nos anos 1980, esse reino havia apoiado o regime de Saddam na guerra contra o Irã; e em 1987, por ocasião da peregrinação a Meca, a polícia abriu fogo contra os peregrinos que se manifestavam contra os Estados Unidos e Israel, matando mais de quatrocentos deles, entre os quais 250 iranianos. Mais tarde, as relações se normalizaram sob a presidência de Hachemi Rafsandjani (1989-1997) e Mohammad Khatami (1997-2005), que visitaram várias vezes o reino saudita. Em 2003, a invasão norte-americana do Iraque gerou novas tensões: Riad se inquietou com a influência crescente do Irã e com a marginalização política dos sunitas. A presidência de Mahmud Ahmadinejad (2005-2013), com suas posições agressivas, nada fez para serenar os ânimos.

O Hezbollah atribuiu a Riad a responsabilidade pelo atentado contra a embaixada do Irã em Beirute, em 19 de novembro, quando estavam a meio caminho as negociações em Genebra sobre a questão nuclear. Também no cenário libanês, os dois países se confrontam, a Arábia Saudita apoiando o ex-primeiro-ministro Saad Hariri, além de grupos radicais sunitas às vezes muito próximos da Al-Qaeda.

O degelo entre Teerã e Washington complicou tudo. O Irã tentará estabelecer vínculos privilegiados com os norte-americanos em certos assuntos, como a garantia da saída das forças aliadas do Afeganistão ou a exploração dos campos petrolíferos do sul do Iraque, o que pode enfraquecer a posição da Arábia Saudita. A guerra fria entre Teerã e Riad vai, portanto, continuar.

Nas últimas semanas, o Irã lançou uma ofensiva para atrair outros países do Golfo, enviando em dezembro Javda Zarif, o arquiteto do acordo com os Estados Unidos, a Omã, ao Kuwait, ao Catar e aos Emirados Árabes Unidos. Neste último, Zarif deu a entender que o Irã estava disposto a rever em grande escala sua posição com relação ao problema das ilhas. As três ilhas de Pequena Tomb, Grande Tomb e Abu Mussa foram anexadas pelo Irã, ainda sob o xá, em 1968, mas são reivindicadas pelos Emirados Árabes Unidos.

Tradicionalmente, as relações com o Catar sempre foram muito boas. Doha não apoiou o Iraque na guerra contra o Irã, como outros países do Golfo, e em 2006, quando era membro do Conselho de Segurança da ONU, não votou a favor das sanções contra o Irã. Todavia, o conflito sírio abriu um fosso entre os dois países, pois a ajuda do Catar aos combatentes islâmicos não podia deixar Teerã indiferente. Além disso, Doha acolheu o ex-vice-presidente iraquiano Tarek al-Hachemi, perseguido pela justiça de seu país por ter “financiado ataques terroristas”.

Em busca de parcerias

Para fazer face aos distúrbios do cenário internacional, o Irã procura parceiros. Já membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), sonha integrar os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), embora seu fraco peso econômico, fora do setor energético, seja um empecilho. Os Brics, aliás, já expressaram por várias vezes sua preocupação com as ameaças militares ao Irã.

Durante o governo de Ahmadinejad, o Irã investiu bastante na América Latina. Dois presidentes, o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, foram a Teerã; e as relações comerciais se ampliaram a tal ponto que Hillary Clinton, então secretária de Estado, mostrou publicamente sua inquietação com esses sucessos diplomáticos na América Latina.⁸

Com a Europa, as relações flutuaram desde a revolução de 1979. O assassinato em Berlim, em setembro de 1992, de vários membros do Partido Democrático do Curdistão Iraniano (PDCI), entre os quais seu secretário-geral, Sadegh Sharafkandi, provocou uma ruptura do “diálogo crítico” entre a União Europeia e Teerã. Só com a eleição de Khatami, em 1997, as relações foram retomadas. Depois, em 2003, quando a guerra no Iraque recomeçava, a Europa, representada pela Alemanha, França e Reino Unido, entabulou negociações com o Irã sobre seu programa nuclear. Teerã concordou com algumas concessões, por exemplo, sobre o enriquecimento de urânio e a aplicação do protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de armas nucleares; mas os Estados Unidos, embriagados com sua “vitória fácil” no Iraque, deixaram esse processo se perder. Em dezembro de 2006, a União Europeia votou a Resolução n. 1.737 do Conselho de Segurança, impondo as primeiras sanções da ONU ao Irã e adotando, de seu lado, medidas ainda mais coercitivas. Em 2012, o Conselho Europeu determinou um embargo sobre as exportações de petróleo iranianas e congelou os valores depositados no Banco Central do Irã.

Apesar de tudo, alguns países europeus continuaram a manter relações comerciais com o Irã. Sem dúvida, as trocas diminuíram: em dois anos, as exportações iranianas para a Europa caíram de 16,5 bilhões de euros para 5,6 bilhões de euros, e as importações, de 10,5 bilhões de euros para 7,4 bilhões de euros.⁹ A British Petroleum tenta de todos os modos evitar sanções para poder investir no projeto Chah Deniz 2. Londres desempenhou um papel importante nas negociações que levaram a um acordo sobre a questão nuclear. Desde a eleição de Rohani, a cadeia BBC Farsi, muito popular no Irã, dá uma imagem positiva do país. Teerã procura fazer bom uso das ambições regionais de Londres,¹⁰ enquanto Paris parece totalmente desacreditada. Caso a retomada de relações com Washington se confirme, as empresas europeias correm o risco de perder o posto privilegiado que, há trinta anos, vêm conservando no mercado iraniano...

1 Ver Jacques Lévesque, “A Rússia voltou”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2013.

2 Ver .

3 Ver Christophe Jaffrelot, “Le Pakistan miné par les affrontements entre chiïtes et sunnites” [O Paquistão minado pelos enfrentamentos entre xiitas e sunitas], *Le Monde Diplomatique*, dez. 2013.

4 Michael T. Klare, “Oil, geopolitics, and the coming war with Iran” [Óleo, geopolítica e a guerra por vir com o Irã], 11 abr. 2005. Disponível em: .

5 Michel Makinsky, “Iran-Afghanistan, les dimensions économiques d’une interdépendance, ou commerce et investissements comme outils d’influence” [Irã-Afganistão, as dimensões econômicas de uma interdependência, ou comércio e investimentos como ferramentas de influências]. In: “L’Afghanistan 2014: retrait ou retraite”, *EurOrient*, n.40, Paris, 2013.

6 Bijan Khajepour, “Five trends in Iran-Turkey trade, energy ties” [Cinco tendências nos laços de energia e negócios entre Irã e Turquia], 31 out. 2013. Disponível em: .

7 Ver Ali Mohtadi, “As relações entre Irã e Síria à prova da mudança em Teerã”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, out. 2013.

8 Les Échos, Paris, 4 maio 2009.

9 Ver .

10 Ver Jean-Claude Sergeant, “Londres réexamine sa relation avec Washington” [Londres reexamina sua relação com Washington], *Le Monde Diplomatique*, set. 2010.

SHERVIN AMHADI é Jornalista responsável pela edição de *Le Monde Diplomatique* em farsi. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Janeiro de 2014.**

O Maranhão de verdade (ROSEANA SARNEY)

OS BRASILEIROS conhecem a realidade do sistema carcerário nacional. Rebeliões e violência ocorrem, infelizmente, em vários presídios de diversos Estados. São diversas as causas dos problemas do sistema prisional, alguns dos quais acabam por agredir de forma dramática a paz e a tranquilidade da família brasileira. Os Estados, sem exceção, sofrem com um modelo centralizador e burocrático.

Além disso, a vinculação de recursos orçamentários restringe a distribuição equilibrada da receita corrente líquida para atender as demandas setoriais. Em média, no país, o gasto com pessoal está em torno de 45% do orçamento; a educação fica com 25%; saúde, com 12%; o pagamento da dívida, com 13%. Somados, esses percentuais alcançam 95% da receita estadual. Sobram apenas 5% para outras obrigações, como custeio da máquina, segurança pública, infraestrutura, programas sociais, agricultura etc.

Para piorar, temos o problema das drogas, que é a principal causa da violência: para financiar o tráfico e o consumo, mata-se e rouba-se. O Maranhão nunca teve tradição de violência. Quando deixei o governo em 2002, éramos o Estado menos violento do país. A expansão do crime organizado pelo território nacional, apoiado na exploração do tráfico de drogas, criou conexões entre gangues e grupos criminosos, espalhando pelo país o padrão de violência que vemos hoje. Os indicadores do Maranhão avançam, apesar de todas as dificuldades que menciono neste artigo. Hoje, somos o 16º PIB brasileiro; em 2011, último dado do IBGE, o PIB real cresceu 10,3%, enquanto o PIB do Brasil ficou em 2,3%; fomos o primeiro no Nordeste e o quinto no país; a renda per capita alcançou R\$ 7.852,71.

Na educação, a média das escolas foi elevada de 478,75, em 2011, para 481,37 em 2012, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2012. Com o resultado, o Maranhão subiu três posições no ranking do Enem. Estamos executando um dos maiores programas de saúde no Brasil, com a construção de dez unidades de pronto atendimento e 72 hospitais. Novas adutoras, redes de distribuição e estações de tratamento estão sendo implantadas para aumentar a cobertura da população em saneamento básico. Na segurança pública, com recursos próprios, são R\$ 131 milhões para construção de sete novos presídios, recuperação e reaparelhamento do sistema carcerário, compra de armamento, veículos, detectores de metal, esteiras de raio-x e estações de rádio. Até o dia 15 de fevereiro, 2.401 novos policiais aumentarão o nosso contingente. Até agora, 418 vagas foram criadas nos presídios maranhenses. Esse número será duplicado nos próximos seis meses.

Não aceito e não compactuo com a violência. O respeito aos direitos humanos e à integridade física dos cidadãos está acima de tudo. Nenhum órgão de defesa do cidadão apresentou denúncia de ameaça a familiares de presos. O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie. Determinei rigorosa apuração dos fatos e punição exemplar aos responsáveis. A morte da menina Ana Clara, de seis anos, ficará em nossas lembranças para sempre. Somente com a união do Executivo, Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público será possível vencer essa dura batalha. Na última quinta-feira, recebi o ministro da Justiça e representantes dos três Poderes.

Já iniciamos um grande plano de ação com 11 itens que contemplam medidas como mutirão das defensorias, transferência de presos e núcleos de atendimento, além de capacitação do policial. São medidas que solucionarão o problema carcerário do Estado. Somos um Estado de povo trabalhador, que tem orgulho de sua terra e de sua tradição. Com o nosso esforço e a ajuda de todos, vamos vencer essas dificuldades.

ROSEANA SARNEY, 60, socióloga formada pela Universidade de Brasília (UnB), é governadora do Maranhão pelo PMDB. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Janeiro de 2014.

A construção do espaço público (LINCOLN PAIVA)

PARA Aristóteles, o lugar seria o limite que circunda o corpo. Já em Milton Santos, "os lugares se definem pela sua densidade informacional e por sua densidade comunicacional, cuja função os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram mas não se confundem" (Santos, 1996: 145). De acordo com Tuan (1983), o lugar é caracterizado pela percepção, experiência e valores.

Enquanto o espaço pode se transformar num lugar, uma vez que a ele se atribuem valores e significados, o lugar precisa ser reconhecido por meio de experiências afetivas pelas quais uma pessoa constrói sua realidade. A palavra comum vem do latim "communis", e significa algo geral, compartilhado por muitos, público. Convencionou-se chamar de comum tudo aquilo que é ordinário, deselegante e de pouco valor, e de lugar-comum tudo o que é sem criatividade e repleto de clichês. No entanto, grupos de pessoas em várias regiões do mundo vêm subvertendo essa máxima e transformando espaços que não eram utilizados por ninguém em lugares comuns, ou seja, compartilhados, de todos. Descobriram o valor do lugar comum e sua importância na valorização da vizinhança, dos bairros e das cidades.

Desde abril de 2010, quando o Instituto Mobilidade Verde começou a estudar o tema "ocupação dos espaços públicos" pela comunidade, saímos em busca de respostas para as indagações: o que faz determinado espaço público ser mais ou menos utilizado pela população? A ocupação desses espaços implica um melhor lugar para viver? Por que os atuais espaços públicos estão vazios?

Nessa mesma época, havia diversas iniciativas de movimentos populares e coletivos ocorrendo em várias cidades do mundo, especialmente em São Francisco e em Nova York. No Brasil, essa ocupação se deu com o movimento Boa Praça, em São Paulo. Decidimos, então, visitar os amigos do High Line Park, em Nova York. Eles criaram um imenso parque, surgido graças à mobilização de um grupo de moradores locais para a revitalização de uma antiga linha férrea elevada, construída na década de 1930 e desativada nos anos 80. Desde então, o local sofreu um contínuo processo de degradação, que desvalorizava o bairro.

A mobilização em torno da melhoria da qualidade de vida não apenas era possível como também desejada pela maioria das pessoas, e o resultado foi a construção do High Line Park, hoje considerado um novo cartão-postal da cidade. Em São Francisco, líderes comunitários ocuparam espaços públicos e privados para a construção de hortas urbanas, praças de bolso (pocket park) e parklets (pequeno espaço temporário de convivência entre pessoas, com bancos, piso elevado e paisagismo montado na rua, no lugar do estacionamento de dois carros).

Quando trouxemos a ideia de montar um parklet na cidade de São Paulo, em 2012, o objetivo era testar a capacidade de os paulistanos discutirem o uso e a ocupação dos espaços públicos e a transformação de uma área reservada para carros em um lugar para as pessoas. Mas os gestores públicos de então, preocupados com o ano eleitoral, consideraram que o projeto desagradaria parte da população que usa carro todos os dias. Mudou-se a gestão e um conjunto de fatores favoráveis permitiu a implantação dos primeiros parklets na América do Sul, construídos em dois bairros da capital paulista. Meses depois, após um extenso trabalho de pesquisa sociológica e comportamental com a comunidade, criamos um novo parklet. Desta vez numa das esquinas mais icônicas de São Paulo - a junção da Rua Padre João Manuel com a Avenida Paulista, ao lado do Conjunto Nacional. Seguimos pesquisando o comportamento da comunidade no entorno desse novo espaço público.

Com base nas avaliações, aprendemos que, quando um espaço proporciona uma variedade de coisas para fazer e atende especialmente à necessidade da comunidade, a ocupação se dá com maior naturalidade —e que, quando um espaço torna-se maior do que a soma das suas partes, ele se transforma num lugar. Geralmente, as pessoas descrevem um lugar de que gostam como "seguro", "agradável" e "charmoso". São valores intangíveis, mas quando o espaço público possui essas qualidades e a comunidade consegue "experienciá-las" com outras pessoas a ponto de fazer do lugar parte da vida diária, é possível dizer que um excelente lugar comum foi criado.

LINCOLN PAIVA, 45, é presidente do Instituto Mobilidade Verde e professor da pós-graduação em transportes sustentáveis e mobilidade urbana na Universidade Federal do Paraná. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**

O mito do apagão de engenheiros (TORY OLIVEIRA)

Estudo nega escassez de profissionais da área estagnada nos anos 80 e 90



A demanda é por profissionais experientes e qualificados e o gargalo está em áreas específicas

ESTUDO realizado em conjunto por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da USP revela que o Brasil não corre o risco de sofrer um apagão de engenheiros – o que existe é uma falta de profissionais qualificados e experientes. Apesar de sinais de pressão no curto prazo no mercado de trabalho, o número de vagas de emprego e formados trabalhando na área vem crescendo desde 2000, puxados pelo crescimento econômico do País.

Atualmente, o Brasil forma em média 40 mil engenheiros por ano. As matrículas nos cursos de engenharia, nos últimos 12 anos, aumentaram quase 400%. E os salários dos formados estão entre os dez maiores de todos os cursos superiores. A atratividade da carreira para os estudantes é explicada em parte pelo cenário econômico brasileiro atual. Na década de 1980, porém, as oportunidades para a carreira estavam em baixa, resultando em poucos engenheiros formados.

Para chegarem a essa conclusão, pesquisadores utilizaram informações da Engenharia Data, base de dados feita pelo Observatório de Inovação e Competitividade da USP, que utiliza dados sobre matrículas e número de formados do Censo da Educação Superior do MEC e informações do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) colhidas pelo Ministério do Trabalho. A investigação sugeriu que não havia escassez generalizada de profissionais, mas sim um reflexo de um hiato geracional surgido na década de 1980. “Em entrevistas com gerentes de engenharia, percebemos que há falta de engenheiros líderes de projetos, mais experientes, que deveriam ter se formado nos anos 1980 e 1990”, explica Mario Sergio Salerno, professor titular da Escola Politécnica da USP e um dos autores do artigo.

Além do hiato geracional, o artigo “Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil” aponta algumas hipóteses que podem explicar a percepção de certos agentes econômicos sobre a escassez de mão de obra na área. As principais são os déficits de profissionais em áreas específicas, como a naval e a de petróleo e minas, as desigualdades regionais de distribuição de engenheiros e a qualidade dos profissionais formados. Segundo Bruno Cesar Araujo, pesquisador do Ipea e também autor do artigo, apenas um terço dos alunos de cursos de Engenharia está matriculado em faculdades de boa qualidade. “Não existe um contingente suficiente, com qualidade, para topar os desafios da profissão, que são cada dia mais complexos”, analisa.

A não existência de gargalos não significa, porém, que não haja necessidade de ampliação de investimentos no ensino de engenharia, em particular nas universidades públicas. Mario Sergio Salerno, da USP, explica que no Brasil apenas 6% do total de formados no Ensino Superior é oriundo de cursos ligados à Engenharia. Na Coreia, por exemplo, o percentual chega a 25%. “Há uma relação positiva entre a renda per capita de um país e o número de profissionais atuando em carreiras científicas”, explica Araujo. Para ele, o atual desafio é a produtividade, que só poderá ser desenvolvida com novas tecnologias e soluções.

O trabalho em transição

Avanço tecnológico e recessão impõem novas demandas educacionais mesmo em áreas onde faltam profissionais

“Enquanto minha geração teve de lutar pelos melhores cargos, a dos meus filhos terá de inventar os melhores empregos.” A afirmação de Brian Gonzalez, diretor de educação da Intel, reflete uma condição tão urgente quanto repor a carência de trabalhadores em áreas tradicionais, como a engenharia: escola e programas pedagógicos precisam evoluir no mesmo ritmo que as demandas profissionais. “O que vemos hoje (na escola) é principalmente a demanda por novas habilidades”, diz Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Anthony Salcito, vice-presidente de educação da Microsoft, concorda: “Algumas habilidades ganharam importância: formas de pensar, como usar ferramentas de informação para tomar melhores decisões, meios de trabalhar em equipe e, em especial, como se beneficiar da tecnologia para ampliar os empregos”.

Para os especialistas, o descompasso entre a formação oferecida pelas escolas e as demandas do mercado de trabalho agrava-se em momentos de recessão econômica, como a que abateu os EUA e o mundo após 2008. Segundo Veloso, crises estreitam oportunidades e, por isso, requerem ritmo acelerado de inovação.

“As crises destroem empregos e às vezes de forma definitiva. Nos EUA, por exemplo, embora a taxa de desocupação tenha caído de 10% para pouco mais de 7%, há uma parcela significativa de trabalhadores parada há muito tempo”, afirma. Para o economista, uma das razões é a dificuldade de essas pessoas se adaptarem. “A realocação é bastante difícil, pois para muitos falta qualificação para migrar para setores mais dinâmicos.” A dificuldade em remediar reforça a importância da prevenção na escola. “As novas tecnologias exigem mudanças frequentes no mercado de trabalho. O profissional deve ser capaz de se adaptar a empregos que nem se imagina que possam vir a existir”, afirma Veloso. Para o economista, esse caminho envolve flexibilizar o Ensino Médio: menos matérias obrigatórias, com foco em matemática, português e ciências, e um leque maior de disciplinas eletivas, “para dar liberdade aos alunos montarem suas trajetórias”.

“Expandir o alcance do conhecimento tornou-se crucial porque a complexidade dos problemas cresce exponencialmente”, afirma Gonzalez. Para ele, o mais importante hoje não é expandir o acesso a dispositivos digitais, mas certificar-se de que esses aparatos serão usados para ampliar vagas de trabalho: “Vou ao dentista e ele tem toda uma gama de aparelhos ultratecnológicos, mas a escola de meus filhos, em São Francisco, é igualzinha à minha de 30 anos atrás”. O americano preocupa-se por concluir que “a tecnologia está comprometendo mais as crianças com o jogo, como no Xbox e no iPad, do que com o aprendizado”. – Por Rafael Gregório

TORY OLIVEIRA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Janeiro de 2014.**

Ai que preguiça (DRAUZIO VARELLA)

O CORPO humano é uma máquina desenhada para o movimento. É dotado de dobradiças, músculos que formam alavancas capazes de deslocar o esqueleto em qualquer direção, ossos resistentes, ligamentos elásticos que amortecem choques e sistemas de alta complexidade para mobilizar energia, consumir oxigênio e manter a temperatura interna constante.

Em 6 milhões de anos, a seleção natural se encarregou de eliminar os portadores de características genéticas que dificultavam a movimentação necessária para ir atrás de alimentos, construir abrigos e fugir de predadores. Se o corpo humano fosse projetado para os usos de hoje, para que pernas tão compridas e braços tão longos? Se é só para ir de um assento a outro, elas poderiam ter metade do comprimento. Se os braços servem apenas para alcançar o teclado do computador, para que antebraços? Seríamos anões de membros atrofiados, mas com um traseiro enorme, acolchoado, para nos dar conforto nas cadeiras.

A possibilidade de ganharmos a vida sem andar é aquisição dos últimos 50 anos. A disponibilidade de alimentos de qualidade acessíveis a grandes massas populacionais, mais recente ainda. A mesa farta e as comodidades em que viviam os nobres da Antiguidade estão ao alcance da classe média, em condições de higiene bem superiores. Para quem já morou em cavernas, a adaptação a um meio com vacinas, saneamento básico, antibióticos, alimentação rica em nutrientes e tecnologia para fazer chegar em nossas mãos tudo de que precisamos foi imediata. Em boa parte dos países, a expectativa de vida atingiu 70 anos, privilégio de poucos no tempo de nossos avós.

Os efeitos adversos desse estilo de vida, no entanto, não demoraram para surgir: sedentarismo, obesidade e seu cortejo nefasto: complicações cardiovasculares, diabetes, câncer, degenerações neurológicas, doenças reumáticas e muitas outras. Se todos reconhecem que a atividade física faz bem para o organismo, por que ninguém se exercita com regularidade? Por uma razão simples: descontadas as brincadeiras da infância, fase de aprendizado, nenhum animal desperdiça energia.

Só o fazem atrás de alimento, sexo ou para escapar de predadores. Satisfeitas as três necessidades, permanecem em repouso até que uma delas volte a ser premente. Vá ao zoológico. Você verá uma onça dando um pique para manter a forma? Um chimpanzé -com quem compartilhamos 99% de nossos genes- correndo para perder a barriga? É tão difícil abandonar a vida sedentária porque desperdiçar energia vai contra a natureza humana. Os planos para andar, correr ou ir à academia naufragam no dia seguinte sob o peso dos 6 milhões de anos de evolução, que desaba sobre nossos ombros.

Quando você ouvir alguém dizendo que pula da cama louco de disposição para o exercício, pode ter certeza: é mentira. Essa vontade pode nos visitar num sítio ou na praia com os amigos, na rotina diária jamais. Digo por experiência própria. Há 20 anos corro maratonas, provas de 42 quilômetros que me obrigam a levantar às cinco e meia para treinar. Tenho tanta confiança na integridade de meu caráter que fiz um trato comigo mesmo: ao acordar, só posso desistir de correr depois de vestir calção, camiseta e calçar o tênis.

Se me permitir tomar essa decisão deitado na cama, cada manhã terei uma desculpa. Não há limite para as justificativas que a preguiça é capaz de inventar nessa hora. Ao contrário do que os treinadores preconizam, não faço alongamento antes, já saio correndo, única maneira de resistir ao ímpeto de voltar para a cama. O primeiro quilômetro é dominado por um pensamento recorrente: "Não há o que justifique um homem a passar pelo que estou passando". Vencido esse martírio inicial, a corrida se torna suportável. Boa mesmo, só fica quando acaba. Nessa hora, a circulação inundada de endorfinas traz uma sensação de paz celestial, um barato igual ao de drogas que nunca experimentei.

Por isso, caro leitor, se você está à espera da chegada da disposição física para sair da vagabundagem em 2014, tire o cavalo da chuva: ela não virá. Praticar exercícios com regularidade exige disciplina militar, a mesma que você tem na hora de ir para o trabalho.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2014.**